

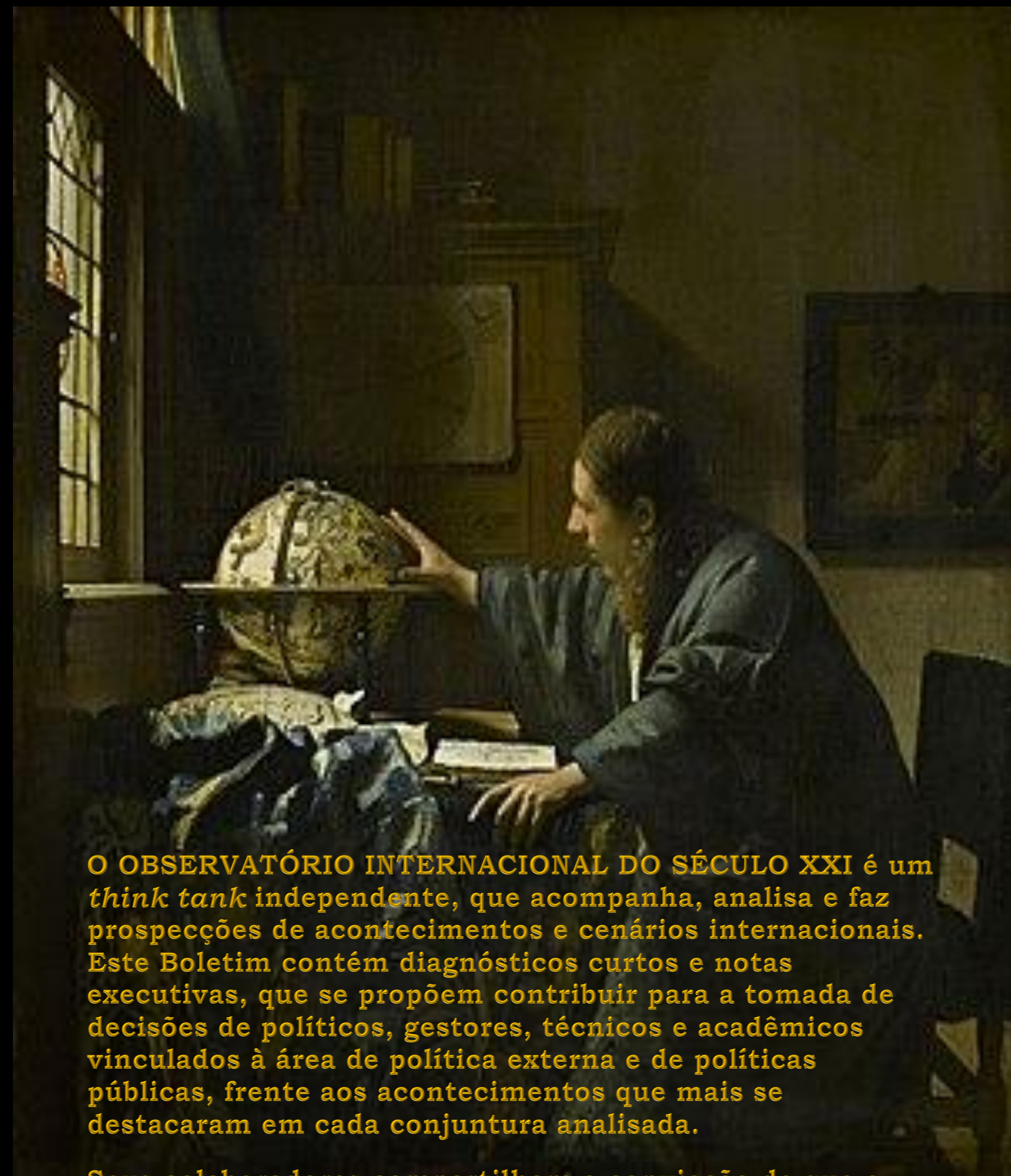


OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI

Nº 19 - Setembro/2026



ENCRUZILHADAS



O OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI é um *think tank* independente, que acompanha, analisa e faz prospecções de acontecimentos e cenários internacionais. Este Boletim contém diagnósticos curtos e notas executivas, que se propõem contribuir para a tomada de decisões de políticos, gestores, técnicos e acadêmicos vinculados à área de política externa e de políticas públicas, frente aos acontecimentos que mais se destacaram em cada conjuntura analisada.

Seus colaboradores compartilham a convicção de que o Sistema Interestatal Capitalista está atravessando um período de mutação profunda. Essas mudanças estão provocando transformações nos campos tecnológico, econômico, social e cultural, com repercussões no mundo do trabalho, da convivência social e das relações entre os Estados, as grandes corporações, as religiões e as próprias civilizações.

**O Observatório Internacional do
Século XXI é uma publicação do Grupo
de Pesquisa Poder Global e Geopolítica
do Capitalismo do
CNPQ/LABEPOG/NUBEA/UFRJ**

Todos os direitos reservados

**A reprodução dos artigos deve ser feita
mediante a indicação da fonte e
colocação do link deste Boletim
(<https://nubea.ufrj.br/index.php/observatorio-internacional>)**

ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

**O conteúdo dos artigos é de responsabilidade exclusiva do(s)
autor(es) dos mesmos, não refletindo necessariamente a
opinião institucional do Observatório Internacional do
Século XXI nem de seus editores, ou de qualquer outro
autor.**



OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI

Nº 19 - Setembro/2026

COMITÊ EDITORIAL

José Luís Fiori
Maria Claudia Vater
Andrés Ferrari Haines

COLABORADORES DESTE NÚMERO

Andrés Ferrari Haines
Daniel Barreiros
Daniel Vainfas
Flavio Aguiar
Georges Flexor
Hernán Neyra
José Luís Fiori

José Noronha
Juliano Fiori
Leonardo de Amorim Thury
Mirelli Malaguti
Reinaldo Guimarães
Wagner Sousa

Foto de capa: “*Encruzilhadas*” imagem criada com inteligência artificial
com Google Gemini

Este décimo-nono Boletim do Observatório Internacional do Século XXI sugere que o enfraquecimento do poder americano está colocando o mundo numa encruzilhada. E analisa cinco eleições nacionais que se realizarão proximamente e que deverão exercer grande influência sobre os caminhos futuros do Sistema Mundial. Na América Latina, este número destaca os cem anos de Fidel Castro e o cerco atual de Cuba, ao lado da crise diplomática entre o Brasil e a Argentina.

Nos EUA, faz um balanço da sua “escassez de armamentos” e procura compreender o surpreendente silêncio do Dr. Anthony Fauci frente ao Congresso americano. Além disto discute a subida mundial do preço dos alimentos, e as origens e natureza da “crise de Ceuta”. Por fim, discute o potencial das chamadas “potências intermediárias”, e inclui como matéria especial, a resenha do livro sobre a conjuntura e a história publicado recentemente"

SUMÁRIO

A SÍNDROME DA “IMPOTÊNCIA ARROGANTE”

Por José Luís Fiori7

AS ELEIÇÕES NORTE-AMERICANAS: NADA MUDA, TUDO PIORA.

Por Andrés Ferrari Haines 11

O ESCUDO DAS AMÉRICAS E A ELEIÇÃO BRASILEIRA

Por Wagner Sousa..... 15

FRANÇA E ALEMANHA DECIDEM O FUTURO DA UE

Por Flávio Aguiar 18

A ESCOLHA DE ISRAEL E O FUTURO DE NETANYAHU

Por Wagner Sousa..... 21

NARRATIVAS, CÂMARAS DE ECO E DESINFORMAÇÃO

Por Daniel Vainfas.....25

LOGÍSTICA MILITAR NA GUERRA MODERNA: O CASO DA GUERRA CONTRA O IRÃ

Por Daniel Barreiros28

A “CRISE DE CEUTA” E A ENCRUZILHADA MUNDIAL

Por Mirelli Malaguti 31

O CONFLITO DIPLOMÁTICO ENTRE ARGENTINA E BRASIL

Por Hernán Neyra35

CEM ANOS DE FIDEL CASTRO E O CERCO A CUBA

Por José Carvalho de Noronha 39

O SILÊNCIO DO DR. ANTHONY FAUCI

Por Reinaldo Guimarães 43

A GUERRA, O CLIMA, E A GEOPOLÍTICA DOS ALIMENTOS

Por Georges Flexor.....47

A CONVERGÊNCIA DAS POTÊNCIAS INTERMÉDIAS

Por Juliano Fiori..... 50

MATÉRIA ESPECIAL:

HISTÓRIA, CONJUNTURA, E FUTURO

Por Leonardo de Amorim Thury..... 54

A SÍNDROME DA “IMPOTÊNCIA ARROGANTE”

Por José Luís Fiori

Existem pequenos “acidentes”, na história, que são emblemáticos, e que conseguem sintetizar e desvelar – ao mesmo tempo – situações de enorme complexidade. Como foi o caso, por exemplo, do que aconteceu na cidade de Ancara, no dia 8 de julho de 2026, quando o presidente Donald Trump foi retirado às pressas do seu avião presidencial, e levado escondido num caminhão contêiner de refeições, para um outro aparelho militar menor e mais discreto que o retirou da Turquia, e o transportou para Inglaterra. E, na cidade de Londres, foi recolocado no Air Force One, para que pudesse sair pela sua porta da frente, como se nada tivesse acontecido. Tudo isto logo depois de ter participado da reunião anual da OTAN, a organização militar mais poderosa do mundo, onde foi advertido pelo serviço secreto de Israel de que sofreria um atentado da parte do Irã.

Esse episódio seria digno de uma comédia tipicamente americana, se não se tratasse do presidente dos EUA, e se ele não tivesse deixado dentro do “avião-isca” os jornalistas que o acompanham em suas viagens, junto com seus secretários de Estado, Marco Rubio, e do Tesouro, Scott Bessent. E ainda mais, se essa “fuga secreta” não fosse um sinal da grande fragilidade e insegurança atual do presidente Trump, fora da Casa Branca. Inclusive porque não foi apresentada nenhuma prova que corroborasse a informação sobre a ameaça, não se podendo excluir, portanto, outras hipóteses – verossímeis neste momento – como a de um atentado ou ameaça da parte dos inimigos internos de Donald Trump, dentro dos EUA ou da OTAN, ou mesmo de ser apenas um “susto de advertência” da parte de Israel.

Seja como for, depois que esta informação “supersecreta” foi noticiada pelo jornal americano, Washington Post, ela deu volta ao mundo transmitindo uma ideia da extrema fragilidade de um presidente que gosta de transmitir a imagem de um imperador global e todo-poderoso. Esta súbita fragilização da imagem do presidente e do poder americano, talvez explique a sucessão imediata de declarações de onipotência da parte de vários membros do governo Trump, e em particular da sua ala mais belicista.

Foi o caso do subsecretário de Guerra, Elbridge Colby, que declarou no dia 10 de agosto, na cidade de Manila, Filipinas, que os EUA estavam decididos a conter a China na “primeira cadeia de

ilhas” através do “world’s biggest stick” – em suas próprias palavras. O mesmo subsecretário que vem defendendo a necessidade do uso de “armas nucleares táticas”, caso seja necessário, para “expulsar os interesses” russos e chineses do Hemisfério Ocidental.

No dia seguinte, 11 de agosto, o Departamento de Estado divulgou um vídeo institucional narrado pelo embaixador dos EUA no Panamá, que dizia “que o domínio americano no Hemisfério Ocidental nunca mais seria questionado”, dando como exemplo da decisão inquebrantável dos EUA, a captura do presidente venezuelano Nicolás Maduro, do dia 3 de janeiro de 2026.

De imediato, no dia 12 de agosto, o Secretário de Guerra dos EUA, Pete Hegseth, anunciou no Fórum da Coalizão das Américas contra os Cartéis (A3C), realizado na cidade do Panamá, a decisão americana de iniciar de imediato operações militares terrestres na Colômbia, antecipando a visita do Secretário de Estado, Marco Rubio à própria Colômbia, ao Equador e ao Peru, no início do mês de setembro.

No dia 17 de agosto o próprio Trump ameaçou destruir Omã, que é um protetorado militar dos EUA, caso o governo de Omã negociasse separadamente com o Irã uma administração conjunta do Estreito de Ormuz.

E uma semana depois, no dia 24 de agosto, o Secretário do Tesouro, Scott Bessent declarou – ao anunciar as novas sanções econômicas contra o Irã – numa conferência de imprensa na Casa Branca, que “ninguém no mundo está acima do alcance das sanções econômicas dos EUA”.

Esta explosão de onipotência, entretanto, parece cada vez mais descolada dos fatos. Porque até aqui o único grande “trunfo” do governo Trump foi seu ataque à Venezuela realizado depois de uma gigantesca mobilização de forças navais, aéreas e terrestres, levada a cabo durante vários meses, com o objetivo final de capturar apenas duas pessoas. Mas depois disto, ou ao lado disto, sem respeitar necessariamente a sequência cronológica dos acontecimentos, o governo Trump fracassou no seu projeto de pacificar a Ucrânia em 100 dias, como havia anunciado em sua campanha presidencial; recuou com relação ao seu anunciado desejo de conquista da Groenlândia e do Canadá; sofreu um grande revés na sua guerra comercial contra a China; não conseguiu atrair a Coreia do Norte para algum tipo de negociação e fratura do bloco de países eurásianos; foi derrotado nas eleições da Hungria, a despeito da intervenção direta e pessoal do vice-presidente americano, David Vance; viu seu projeto de paz de 15 pontos para Gaza rejeitado sem nenhuma contemplação, pelo seu grande aliado Benjamin

Netanyahu; sofreu uma derrota estratégica fragorosa na sua guerra ao lado de Israel, contra o Irã; não conseguiu impedir que os Houthis conquistassem nos últimos dias, a cidade-porto de Makha e a Ilha Perim, abrindo uma segunda frente vitoriosa, ao lado do Irã e contra os EUA e Israel, e assumindo o controle militar do Estreito de Bab al-Mandeb, e de todo o tráfico marítimo pelo Mar Vermelho, em particular do petróleo da Arábia Saudita; e, finalmente, vem fracassando na sua guerra econômica contra a Rússia, há mais tempo, e agora na sua nova ofensiva contra o Irã – a despeito de toda a empáfia de Scott Bessent -que apesar de intervir diretamente no mercado, através de operações financeiras e liberação de reservas estratégicas, nestas últimas semanas, não conseguiu impedir que o preço do petróleo ultrapassasse a “linha vermelha” dos US\$ 107 dólares, depois da última ofensiva vitoriosa dos Hutis.

Acrescente-se a esta lista de “insucessos imperiais” de Donald Trump, sua ruptura diplomática com alguns de seus principais aliados e vassalos do Atlântico Norte e da Ásia, muitas vezes sem nenhum tipo de justificação como ocorreu recentemente com a suspensão parcial dos exercícios militares conjuntos dos EUA com a Coreia do Sul. Ou mesmo, com a guerra comercial extremamente destrutiva com o Canadá, seu vizinho com quem mantinha relações amistosas e pacíficas desde 1815. Contribuindo decisivamente para a fragilização do bloco político-econômico e militar do Atlântico Norte, deixando as portas abertas para o avanço do BRICS e da China, em particular, no Oriente Médio, na Eurásia e África, e até mesmo na América do Sul. Basta dizer que no mês de agosto, depois de participar da reunião do Escudo das Américas, no Panamá, concebido para conter a presença chinesa na América Latina, várias autoridades sul-americanas visitaram Pequim e manifestaram sua amizade irrestrita com os chineses. Como foi o caso mais “escandaloso” do presidente da Assembleia de El Salvador, Ernesto Castro, aliado muito próximo do presidente Nayib Bukele. Mas também do Ministro de Relações Exteriores do Chile, Perez Mackena que manteve conversações com o Ministro de Relações Exteriores da China, Wang Ji, e com o Vice-Primeiro Ministro chinês, He Lifang. E, finalmente, do próprio presidente do Equador Daniel Noboa que teve uma recepção oficial do governo chinês, e encontrou-se pessoalmente com o presidente Xi Jinping, tendo declarado “que a China sempre poderá contar com o Equador [...] um amigo chinês do outro lado do Pacífico”

Somando-se e subtraindo-se todas estas informações entende-se melhor a “queda de Trump”, que alcançou seu máximo de popularidade e prestígio internacional depois do seu “sucesso venezuelano” do dia 3 de janeiro de 2026, e nove meses depois,

depois de sua fracassada guerra contra o Irã, e de sua “fuga” apressada da Turquia, transformou-se num dos presidentes mais impopulares da história americana, dentro e fora dos EUA. Atropelado, além do mais, pela aproximação das próximas eleições parlamentares do midterm do mês de novembro, e por uma disputa cada vez mais intensa entre as várias facções da extrema-direita republicana, que se digladiam pela sucessão de Donald Trump, onde se destacam as figuras do Vice-Presidente, David Vance, e do Secretário de Estado, Marco Rubio. Transmitindo ao mundo a imagem de um império que segue armado “até os dentes” mas perdeu o seu “norte”, e de um governo que aumenta sua agressividade retórica, na mesma medida em que aumenta a sua incapacidade de impor sua vontade ao resto do mundo.

AS ELEIÇÕES NORTE-AMERICANAS: NADA MUDA, TUDO PIORA

Por Andrés Ferrari Haines

Uma pesquisa recente da CNN mostra que 66% dos estadunidenses aprovam o desempenho de Donald Trump. De acordo com o The Economist/YouGov, esse índice de aprovação é ainda menor entre adultos de 30 a 44 anos, enquanto a Newsweek observou que o apoio popular a Trump caiu 14 pontos percentuais desde janeiro.

Isso dá aos democratas uma sensação de maior confiança em suas chances de conquistar ambas as casas do Congresso nas eleições de meio de mandato de novembro. O líder da Câmara, Hakeem Jeffries, expressou sua expectativa de "apoio unânime dos democratas" como uma perspectiva para reconquistar a presidência em 2028. Especula-se que Kamala Harris (candidata a vice-presidente de Joe Biden), Alexandria Ocasio-Cortez (mais à esquerda) e Ro Khanna sejam potenciais candidatos. Embora uma vitória eleitoral seja possível, não parece provável que traga mudanças significativas para os estadunidenses.

Sem expectativas de mudanças internas

Uma pesquisa do Gallup revelou que 89% acreditam que existe "corrupção generalizada no governo dos EUA", o maior índice desde que a pesquisa começou a incluir essa pergunta em 2006. Outras pesquisas também revelam que o custo de vida é a questão mais importante nas eleições. O salário mínimo nominal, que não sofreu reajuste desde 2009, agora é considerado um "salário de miséria", pois está abaixo da linha da pobreza. Além disso, no atual cenário econômico, a família americana média enfrenta uma despesa adicional de US\$ 1.200 devido à guerra com o Irã.

Trump afirmou que não pensa "nem um pouco" na situação financeira dos estadunidenses ao tomar decisões relacionadas à guerra. O entendimento seria que a importância da segurança nacional exige sacrifícios. Essa lógica ganhou força particular com o início da "Guerra ao Terror" após os ataques de 11 de setembro de 2001. No quarto de século que se seguiu, os conflitos armados foram os principais responsáveis pelo aumento vertiginoso da dívida

pública do país. Na primeira década deste século, a dívida cresceu um trilhão de dólares a cada 24 meses, enquanto na década seguinte cresceu um trilhão de dólares a cada 11 meses, e na década atual, cresce um trilhão de dólares a cada 5 meses. No total, passou de menos 6 trilhões de dólares para mais de 40 trilhões de dólares, e a projeção é de que chegue a 64 trilhões de dólares na próxima década.

Atualmente, os pagamentos de juros da dívida atingiram um trilhão de dólares anualmente, constituindo um dos maiores itens de gastos federais, juntamente com o Pentágono, que também apresentou crescimento exponencial. Neste século, o orçamento do Pentágono saltou de menos de 300 milhões de dólares para mais de um trilhão — e Trump pretende aumentar os gastos militares em 50% no próximo ano. Ao mesmo tempo, Trump ameaçou repetidamente cortar gastos sociais e também reduziu a assistência alimentar doméstica.

Na realidade, deixando de lado a aparência do estilo pessoal de Trump, a tendência geral na evolução dos Estados Unidos mudou pouco neste século devido às mudanças de presidentes e à composição do Congresso. Portanto, não é surpreendente que quase 45% dos estadunidenses digam que nenhum dos partidos os representa. O termo "sistema unipartidário" está se tornando cada vez mais popular para expressar que, além de certas nuances, ambos os partidos representam a mesma abordagem política.

Além disso, como de costume, os republicanos estão tentando restringir e impedir que muitos eleitores votem — particularmente aqueles nas camadas mais pobres da população. Trump está tentando influenciar o voto controlando os sistemas estaduais de votação por correio. Em 2024, aproximadamente 48 milhões de pessoas votaram dessa forma, a maioria democratas. Por outro lado, quase 4 milhões de pessoas (o dobro da margem pela qual Trump derrotou Kamala Harris na última eleição presidencial) estão inelegíveis para votar devido ao encarceramento. Finalmente, cerca de 40% dos eleitores elegíveis estão optando por não votar, acreditando que isso não levará a nenhuma mudança real. Assim, tudo indica que não haverá mudanças internas significativas nos EUA como resultado das eleições de meio de mandato.

Com expectativas de piora externa

Após as eleições, é muito provável que Trump intensifique sua agenda global. Os Estados Unidos acabaram de declarar um “Dia D econômico” contra o Irã; novas sanções que, segundo o secretário do Tesouro, Scott Bessent, constituem “a maior ofensiva financeira da

história”. Isso sinaliza que há uma política em curso que continuará em vigor. O próprio Irã indicou estar preparado para que ele retome seus ataques após as eleições.

Além disso, a Câmara dos Representantes está analisando um projeto de lei que poderia exigir que faculdades e universidades que se abstenham de fazer negócios com Israel percam financiamento federal. Também está em análise a Lei de Autorização de Defesa Nacional (NDAA) para 2027, que inclui disposições para a criação de estruturas permanentes que fundiriam as forças armadas dos EUA e de Israel.

O deputado republicano Marlin Stutzman declarou: “Acima de tudo, os Estados Unidos e Israel estão unidos contra o totalitarismo e em defesa da liberdade. Estamos ligados pelos valores ocidentais que compartilhamos e que construíram nossas duas nações. Enquanto esses valores estiverem ameaçados, nós os defenderemos lado a lado.”

Mas se algo parece ter mudado nos Estados Unidos, é a influência dos discursos de "valores" açucarando suas ações. Como revela uma pesquisa do Pew Research Center de julho de 2016, a maioria dos entrevistados em 36 países tem uma visão mais favorável da China do que dos Estados Unidos. Isso se verifica não apenas no Sul Global, mas também em aliados tradicionais como Canadá, Alemanha, Grécia, Itália, Holanda, Espanha, Suécia e Reino Unido: em todos eles, a imagem positiva de Xi Jinping supera a de Trump por uma margem de dois dígitos.

Após décadas de guerras permanentes globais, já com o democrata Joe Biden ficou claro que essa retórica estava desgastada, vazia e ultrapassada. O governo Trump praticamente a abandonou.

Não que isso vá mudar o comportamento dos Estados Unidos. No fim das contas, “América Primeiro” é precisamente isso. Daí que Canadá, Reino Unido, Japão, União Europeia e Coreia do Sul também foram humilhados ao se recusarem a adotar os comportamentos “sugeridos” por Trump. E seu Secretário de Estado, Marco Rubio, considerado um possível próximo candidato republicano à presidência, anunciou planos para abolir o Tribunal Penal Internacional e declarou publicamente que não aceitará a China invadindo “nosso quintal”, a América Latina.

Por tudo isso, as comemorações do 250º aniversário dos Estados Unidos passaram praticamente despercebidas... Além disso, foram marcadas pela competição entre a organização bipartidária America250, criada pelo Congresso, e a Freedom250, criada pela Casa Branca. O que elas têm em comum é que ambas foram financiadas por grandes corporações que, simultaneamente,

pressionam o Congresso, onde mantêm seus exércitos de lobistas legalizados, fazem doações a políticos de ambos os partidos e conduzem campanhas publicitárias para influenciar o governo.

Em particular, destacam-se os contratados do governo nos setores militar, financeiro, petrolífero e de comércio global — a maioria optando pela segurança ao fazer doações para ambos os partidos.

Vale a pena mencionar as palavras do bilionário Larry Fink, CEO da BlackRock, a maior gestora de ativos do mundo, quando afirmou antes das eleições entre Donald Trump e Kamala Harris, que não lhe importava o resultado: “trabalhamos com ambas as administrações e estamos conversando com ambos os candidatos”.

O ESCUDO DAS AMÉRICAS E A ELEIÇÃO BRASILEIRA

Por Wagner Sousa

Entre 8 e 10 de setembro de 2026, o secretário de Estado americano, Marco Rubio, percorreu Colômbia, Equador e Peru — três países cujos governos, todos recém-alinhados a Washington, vêm sendo tratados como vitrine do avanço da direita na América do Sul. O Brasil ficou de fora do roteiro. A ausência não é acidental: Rubio já classificou publicamente o governo de Luiz Inácio Lula da Silva como "não amigável" e acusou o petista de colocar o ego pessoal acima dos interesses do país nas negociações tarifárias com os Estados Unidos.

O pano de fundo institucional dessa aproximação é o chamado Escudo das Américas (Shield of the Americas), anunciado por Donald Trump em março de 2026 durante uma cúpula em Miami. A coalizão reúne hoje 19 países comprometidos a compartilhar inteligência e coordenar ações militares contra cartéis de drogas e organizações criminosas transnacionais. Em agosto, o Comando Sul dos Estados Unidos (SOUTHCOM) deu um passo adiante e ativou a Joint Task Force Western Hemisphere (JTF-WHEM), descrita pelo seu chefe, o general Francis Donovan, como o "braço operacional" do comando para aplicar pressão contínua sobre redes de narcotráfico e terrorismo na região. O Brasil não integra nem a coalizão nem a força-tarefa.

Uma ferramenta com meio século de uso político

A associação entre combate às drogas e projeção de poder dos Estados Unidos sobre a América Latina não é novidade — é um padrão que remonta ao início dos anos 1970. Foi Richard Nixon quem, em 1971, cunhou a expressão "guerra às drogas" e criou a arquitetura burocrática (a futura DEA, Drug Enforcement Administration, criada em 1973) que passaria a orientar boa parte da política externa norte-americana para o hemisfério. Em 1986, o Congresso americano instituiu o processo de certificação antidrogas (Drug Certification Process), parte do Anti-Drug Abuse Act, que obrigava o presidente dos EUA a "certificar" anualmente se cada país latino-americano cooperava o suficiente no combate ao narcotráfico — sob pena de corte de ajuda e sanções comerciais. Na prática, o mecanismo funcionou por anos como instrumento de pressão diplomática, usado de forma seletiva conforme o alinhamento

político dos governos da região com Washington, e não apenas conforme critérios técnicos de eficácia policial.

Em 1989, a invasão americana do Panamá — Operação Causa Justa — foi justificada oficialmente pela necessidade de capturar o general Manuel Noriega, acusado de tráfico de drogas, embora análises posteriores apontassem motivações geopolíticas mais amplas ligadas ao controle do Canal do Panamá. Nos anos 1990 e 2000, o Plano Colômbia — bilhões de dólares em ajuda militar dos EUA a Bogotá sob a bandeira do combate à cocaína — também serviu para ampliar a presença militar americana em meio ao conflito com as FARC, num momento de disputa ideológica com governos de esquerda emergentes na região, como os de Hugo Chávez na Venezuela e Evo Morales na Bolívia. O próprio Evo Morales expulsou a DEA da Bolívia em 2008, acusando a agência de espionagem política disfarçada de cooperação antidrogas. Mais recentemente, o governo Trump elevou o tom ao classificar o chamado "Cartel de los Soles", supostamente ligado à cúpula do governo venezuelano, como organização terrorista, abrindo caminho para operações militares diretas — incluindo ataques a embarcações no Caribe e no Pacífico sob acusação de tráfico — num movimento que analistas descrevem como securitização da política externa em relação a governos considerados hostis. No Brasil a classificação do Comando Vermelho e do Primeiro Comando Capital como organizações terroristas se insere nesta lógica de aumentar a pressão política, inclusive, no limite, por meios militares coercitivos, o que é uma grande preocupação do atual governo brasileiro.

O recorte de 2026

O desenho atual do Escudo das Américas segue essa lógica histórica, mas com um traço adicional: a coalizão reúne majoritariamente governos de direita recém-eleitos ou alinhados a Trump — Javier Milei na Argentina, Nayib Bukele em El Salvador, Santiago Peña no Paraguai, Daniel Noboa no Equador, Abelardo de la Espriella na Colômbia e Keiko Fujimori no Peru. A viagem de Rubio reforçou justamente essas relações, tratando segurança, narcotráfico, comércio, energia nuclear civil e minerais críticos como pacote único de cooperação estratégica.

Durante a viagem, Rubio fez críticas diretas aos governos de esquerda da região, associando-os a resultados de "miséria" — fala que reforça a leitura de que o enquadramento antidrogas convive, mais uma vez, com um recorte ideológico explícito. O Brasil, sob Lula, fora tanto da coalizão quanto do roteiro diplomático,

justamente no momento em que o país está a menos de um mês do primeiro turno de sua eleição presidencial.

O padrão histórico desde Nixon é que o vocabulário antidrogas tem funcionado repetidamente como capa para objetivos de alinhamento político e ideológico no hemisfério — pressionando os governos não alinhados a Washington. A existência de um problema real de segurança não impede que o instrumento criado para enfrentá-lo seja também usado, seletivamente, como alavanca diplomática, o que volta a se manifestar às vésperas das urnas brasileiras.

FRANÇA E ALEMANHA DECIDEM O FUTURO DA UE

Por Flávio Aguiar

Faz tempo que os principais institutos de pesquisa na França anunciam: na futura eleição presidencial, prevista para abril de 2027, a direitista Marine Le Pen é a favorita. Ela presidiu seu partido, o Rassemblement National (RN), por dez anos, de 2011 a 2021. Hoje é seu líder no Parlamento. Concorreu às eleições presidenciais em 2012, 2017 e 2022. Em 2012 sequer chegou ao segundo turno. Em 2017 e 2022 chegou lá, perdendo em ambas as ocasiões para Emmanuel Macron. Entretanto, em cada uma destas oportunidades ela obteve mais votos do que na anterior. Em 2012 teve 6,4 milhões de votos no 1º turno, 17,9%. Em 2017, quase 7,7 milhões no primeiro turno, e 10,6 milhões (33,9%) no segundo. Em 2022, 8,1 milhões no primeiro e 13,3 milhões (41,46%) no segundo turno. Ao longo desta trajetória foi abrandando seu discurso extremista, mas manteve um tom constante sobre um item delicado e complexo: a guerra na Ucrânia.

Le Pen condenou a invasão russa. Ao mesmo tempo, defendeu e defende uma negociação abrangente e aberta com Moscou, considerando impossível uma vitória do governo de Kiev. Isto confronta a posição tradicional da OTAN, de apoio total a Zelensky, e da maioria da mídia tradicional europeia, que desde sempre optou não só pela defesa da campanha ucraniana, mas também pela versão de que **ela está ganhando a guerra**, apesar das evidências em contrário. Le Pen manifestou e continua manifestando ceticismo quanto à capacidade de Kiev enfrentar Moscou com sucesso no campo militar. Defende uma ampla negociação diplomática para pôr fim ao conflito. A proposta ainda tem contornos indefinidos, uma vez que ela defendeu seguidamente a ideia de que esta negociação deve abranger o conjunto dos países da União Europeia que hoje, em graus diferenciados, apoiam militar e financeiramente o governo de Zelensky.

Não faz muito Louis Alliot, vice-presidente do RN, declarou que, no caso de vencerem as eleições, “fechariam a torneira” da ajuda à Ucrânia, porque ela prejudica os sistemas de saúde e educação na França, e que esta “não tem dinheiro para continuar financiando armas”. Fica no ar qual seria a posição de um governo Le Pen quanto ao financiamento da OTAN, que segue comprometida até a raiz dos cabelos com a guerra e o financiamento de Kiev, embora pressionada

pela instabilidade do governo Trump quanto ao tema de investimento na defesa da Europa diante da Rússia.

Outro ponto sensível é o do envio de tropas francesas para a Ucrânia, eventualmente para supervisionar um possível cessar-fogo, ou como força para impedir que a Rússia ocupe o país, embora Moscou tenha dado sinais de que isto não está nos seus planos. O atual presidente, Emmanuel Macron, aventou a hipótese, mas num governo Le Pen ela seria impensável. Por isto Le Pen e seu partido vêm sendo acusados por outros políticos de “fazer o jogo de Moscou”.

Apesar das inúmeras promessas em contrário, a OTAN continuou a apertar o cerco à Rússia depois da dissolução da União Soviética e do Pacto de Varsóvia. Atraiu para si vários países do antigo Leste Europeu e ensaiou fazer o mesmo com a Ucrânia, depois do golpe de estado de 2014 que, em Kiev, derrubou o governo simpático a Moscou. Ainda está por saber o que de fato uma vitória de Le Pen em abril de 2027 significaria para a OTAN e para a guerra na Ucrânia.

De momento, sua posição ganhou um excepcional reforço com a recente vitória do partido Alternative für Deutschland (AfD), também de extrema-direita, numa eleição estadual da vizinha Alemanha. O AfD foi de longe o partido mais votado na província da Saxônia-Anhalt, um pequeno estado de cerca de 2 milhões de habitantes que antigamente fazia parte da Alemanha comunista, a RDA. Ele teve 44% dos votos contra 17% do segundo colocado, a conservadora União Demócrata Cristã, e ficou a três assentos no parlamento local para obter a maioria absoluta e formar um governo solo. O futuro ainda é incerto, porque existe a prática do chamado “Brandmauer” (“Parede Corta-fogo” ou “Cordão Sanitário”) contra o AfD por parte dos demais partidos, evitando fazer alianças com ele. Mas apesar do pequeno tamanho da província e deste impasse momentâneo, a votação causou um terremoto de grandes proporções na Europa inteira.

Foi a primeira vez, desde o fim da Segunda Guerra, que um partido de extrema-direita conseguiu uma vitória deste porte na Alemanha. E ao contrário de Le Pen, seu líder local, Ulrich Siegmund, não tem baixado o tom de sua pregação radical, em que se misturam xenofobia, nostalgia de aspectos da RDA, e uma ainda imprecisa ideia de reaproximação com Moscou. Ainda há muito o que desentranhar desta vitória do AfD. Desde 2022, quando a Alemanha rompeu com a importação de gás liquefeito da Rússia (55% do consumo no país), a inflação golpeou profundamente a economia, e a indústria nacional entrou em desaceleração, depois em depressão. Evaporaram-se 100 mil empregos, e há a ameaça, no curto prazo, de perderem-se mais 100 mil. A ajuda militar à Ucrânia custa 11,6

bilhões de euros anuais ao país, provocando cortes substanciais em investimentos no fundo climático, na saúde e nas pensões de aposentadorias.

Além disto, numa constantemente apregoada preparação para uma eventual guerra com a Rússia (que alguns políticos qualificam de “inevitável”), a Alemanha investiu 100 bilhões de euros num fundo de defesa. Tudo isto significa que a indústria alemã, que já vinha sendo acossada pela concorrência chinesa, inclusive no setor automobilístico, soçobrou e foi redirecionada para a produção militar. Apesar desta nova orientação, o golpe na indústria e na economia como um todo foi muito duro, atingindo também os insumos agrícolas, que vinham da Ucrânia, sendo particularmente pesados na antiga RDA, inclusive na Saxônia-Anhalt. Houve ainda outras ressonâncias.

A votação do AfD entre os jovens vem crescendo significativamente. Pesquisas recentes apontam que até alguns anos atrás, a preocupação predominante neste setor no eleitorado era a crise climática. Hoje é a escolha entre paz e guerra. Claro: no caso da “inevitável” guerra com a Rússia, seria o setor diretamente mais atingido. Não faz muito o Parlamento Alemão aprovou uma lei que obriga todo o cidadão masculino, entre 17 e 45 anos, a obter uma licença do Exército se for se ausentar do país por mais de três meses. Em quase toda a Europa - e a Alemanha e a França não são exceções - os partidos tradicionalmente pacifistas, como os Socialistas, Social-Democratas e Verdes, deixaram de sê-lo, movidos pelo recrudescimento da secular russofobia, desde a invasão da Ucrânia. A exceção, além dos partidos de extrema-direita, está nos partidos de esquerda, como a França Insubmissa, liderada por Jean-Luc Mélenchon, ou a Linke e o Bündnis Sahra Wagenknecht (BSW) na Alemanha, embora os motivos destes e daqueles sejam diferentes, uma vez que a extrema-direita europeia conta com alguma simpatia da parte de Vladimir Putin e a esquerda não.

Aliás, não está descartada a hipótese de que um segundo turno francês se decida entre Le Pen e Mélenchon. Neste caso, as pesquisas dizem que Le Pen venceria facilmente, porque muitos partidários de Macron e dos Socialistas não apoiariam o líder esquerdista. Ao contrário dos partidários deste, que em 2017 e 2022 garantiram a vitória de Macron contra Le Pen no segundo turno.

A ESCOLHA DE ISRAEL E O FUTURO DE NETANYAHU

Por Wagner Sousa

A legislatura atual israelense se tornou a primeira desde 1988 a completar o mandato integral sem que o governo tenha caído, encerrando um ciclo de instabilidade que produziu cinco eleições consecutivas entre 2018 e 2022. A eclosão da guerra contra o Hamas (e depois contra o Hezbollah e o Irã) foi o principal fator a garantir esta estabilidade. O governo Netanyahu até então estava em posição defensiva, muito contestado por amplos setores da sociedade israelense. Agora, com o pleito de 27 de outubro de 2026 já com prazo de registro de candidaturas encerrado, o país testa se a permanência de Benjamin Netanyahu no poder, sustentada estes três anos de guerra em Gaza, no Líbano, contra o Irã e por confrontos crescentes na Cisjordânia, ainda encontra amparo no eleitorado.

O quadro que emerge das pesquisas recentes é de um desgaste real, ainda que não decisivo, da coalizão governista. Netanyahu segue pressionado por processos de corrupção abertos desde 2019, por investigações internas sobre as falhas de inteligência que antecederam o ataque do Hamas em 7 de outubro de 2023 e por disputas internas no Likud antes das primárias do partido.

A esse quadro somou-se, nesta semana, uma revelação de peso: segundo investigação publicada pelo Haaretz e reproduzida no livro *Hostages: 843 Days of Abandonment*, dos jornalistas Shlomi Eldar e Ruth Yuval, Netanyahu teria recebido, cerca de dez dias antes do ataque, um alerta direto do presidente dos Emirados Árabes Unidos, Mohamed bin Zayed Al Nahyan, numa ligação de 45 minutos a partir do palácio presidencial em Abu Dhabi. Bin Zayed teria informado que Yahya Sinwar, então líder do Hamas em Gaza, preparava uma operação de grande envergadura, capaz de provocar um "banho de sangue" e desestabilizar a região — sem, no entanto, especificar data ou detalhes operacionais do ataque. O gabinete de Netanyahu classificou a reportagem como "uma mentira absoluta" e negou até mesmo que a conversa tenha ocorrido. O impacto político, porém, já está posto, em plena campanha eleitoral: o candidato opositorista Gadi Eisenkot escreveu que o primeiro-ministro "recebeu dezenas de avisos para o dia 7 de outubro e os ignorou todos", enquanto outro rival da oposição, Naftali Bennett, classificou a omissão como "negligência criminosa" e atribuiu a Netanyahu

"responsabilidade pessoal e direta" pelas 1.221 mortes daquele dia, chegando a afirmar que ele "não pode seguir no cargo nem por mais um minuto". A revelação reforça, portanto, exatamente a bandeira que já vinha sendo o carro-chefe da oposição — a exigência de uma comissão estatal de inquérito, até aqui bloqueada por Netanyahu — e tende a aprofundar o desgaste de um governo que já chegava à reta final da campanha em posição defensiva.

O fenômeno mais notável do ciclo eleitoral, porém, não é a fraqueza de Netanyahu — já conhecida —, mas a ascensão de um nome até há pouco inesperado: Gadi Eisenkot, ex-chefe do Estado-Maior das Forças de Defesa de Israel entre 2015 e 2019, hoje à frente do partido Yashar.

A plataforma de Eisenkot, no entanto, não representa ruptura ideológica com o establishment de segurança israelense, e sim sua reafirmação. Ele defende uma comissão estatal de inquérito sobre as falhas de 7 de outubro — pauta agora reforçada pela revelação do Haaretz — investimentos para recuperação do norte e do sul do país e a extensão do serviço militar a setores hoje isentos, notadamente os ultraortodoxos, medida com claro potencial de reconfigurar tensões sociais internas historicamente evitadas pelos governos de coalizão. No plano externo, sua posição sobre Gaza é de linha dura: acusa Netanyahu de, na prática, ter mantido o Hamas no poder ao vetar tentativas de substituí-lo pela Autoridade Palestina ou por um órgão tecnocrático apoiado pelos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que rejeita qualquer horizonte de Estado palestino no curto prazo, qualificando essa possibilidade, no Israel pós-7 de outubro, como "delirante".

Essa combinação — dureza militar com crítica à gestão política da guerra — se repete nas demais frentes regionais. No Líbano, propõe recuar a uma zona de segurança mais estreita que a mantida por Netanyahu, argumento tecnicamente justificado pela distância mínima necessária para neutralizar armamento do Hezbollah, e reabilitar o papel da França na supervisão do exército libanês, algo que Netanyahu abandonou por atrito com Paris em razão das críticas francesas à condução da guerra em Gaza. No caso do Irã, mantém-se fiel à doutrina de contenção militar preventiva já praticada por Netanyahu e testada nos confrontos de 2025 e 2026 entre os dois países, com participação direta dos EUA — chegando a propor aos norte-americanos o estabelecimento de zonas de exclusão nuclear sobre os redutos remanescentes de urânio enriquecido a 60% em território iraniano.

Uma diferença relevante na visão externa de Eisenkot diz respeito às relações com a Europa. Ele pretende reconstruir relações com França, Reino Unido, Alemanha e Itália — tratando-os como

aliados estratégicos, inclusive lembrando o papel desses países na interceptação de mísseis balísticos iranianos em defesa de Israel em 2024 —, na aposta de que a saída de Netanyahu e o fim dos discursos de incitação de ministros como os radicais Itamar Ben-Gvir, das Finanças e Bezalel Smotrich, da Segurança Nacional, bastariam para restaurar a imagem de Israel como "a única democracia do Oriente Médio". É uma leitura que talvez subestime o quanto o distanciamento europeu reflete posições de consenso sobre a condução da guerra em Gaza, e não apenas hostilidade pessoal a Netanyahu. Em relação à Rússia, reconhece sua presença e influência na Síria, mas vê com preocupação o apoio ao Irã, assim como tem a mesma desconfiança em relação à China. Se alinha aos EUA em relação à Pequim, como de resto, como todos os governos israelenses, quer manter e reforçar a aliança com os Estados Unidos.

Também no campo diplomático, Eisenkot reconhece o que Netanyahu evita admitir publicamente: a normalização com a Arábia Saudita, ponto central dos Acordos de Abraão desde o primeiro mandato de Trump, está paralisada no curto e médio prazo, tanto pela exigência saudita de um horizonte palestino quanto pelas divergências sobre a condução da guerra em Gaza. Sua aposta alternativa é recompor vínculos com Egito, Jordânia e Emirados Árabes Unidos — justamente o país cujo presidente, segundo a revelação desta semana, teria tentado alertar Netanyahu antes do ataque.

Na Cisjordânia, Eisenkot promete reverter o que descreve como a principal diferença de política com Netanyahu: a permissividade concedida aos ministros de extrema-direita Ben-Gvir e Smotrich, que teria transformado o território em terreno fértil para violência extremista judaica, com propostas concretas de devolver poder de prisão e retomar o uso da detenção administrativa contra colonos violentos.

Do outro lado da fronteira, um processo eleitoral paralelo e bem menos comentado também está em curso, embora sob patamar de incerteza maior. Mahmoud Abbas convocou, pela primeira vez na história, eleições por sufrágio universal para o Conselho Nacional Palestino, o parlamento da OLP, marcadas para 1º de novembro — órgão cujos membros nunca foram eleitos, apenas nomeados. Anunciou ainda eleições para o Conselho Legislativo Palestino, na Cisjordânia, em Gaza e em Jerusalém Oriental, previstas para 28 de novembro, que seriam as primeiras desde as legislativas de 2006, vencidas pelo próprio Hamas e rejeitadas pelo Ocidente na ocasião. O ceticismo sobre a realização efetiva desse segundo pleito é generalizado: a fragmentação entre Fatah e Hamas no pós-guerra,

somada à ocupação israelense em curso na Cisjordânia, torna pouco provável que a votação transcorra como formalmente planejado.

Ainda assim, seria precipitado falar em vitória anunciada da oposição em Israel. As pesquisas mais recentes mostram o bloco de Netanyahu recuperando ligeira vantagem sobre o bloco opositor, e a fragmentação partidária — com a entrada de novas legendas como a aliança Hendel-Zelekha — deixa ambos os lados sem caminho claro para os 61 assentos necessários à formação de governo. O próprio campo anti-Netanyahu segue dividido: Bennett e Eisenkot confirmaram nesta semana que vão concorrer separadamente, apesar de pesquisas indicarem que uma chapa unificada teria desempenho superior à soma das partes.

O que essas eleições revelam, em última análise, é menos uma disputa entre projetos políticos antagônicos do que uma disputa dentro do próprio consenso de segurança israelense sobre como gerir os custos crescentes — humanos, econômicos e diplomáticos — de quase três anos de guerra permanente em múltiplas frentes. Isso é a base sob a qual seguirá a repactuação da posição israelense na região, disputada não apenas entre Israel e seus vizinhos árabes, Turquia e o Irã, mas também entre Estados Unidos, Rússia e China.

NARRATIVAS, CÂMARAS DE ECO E DESINFORMAÇÃO

Por Daniel Vainfas

Lidar com o mundo da pós-verdade ou o reino da mentira não é uma questão de entender se um fato é verdadeiro ou não. Essa afirmação pode parecer estranha, sobretudo se alguma pessoa do nosso convívio retira de seu bolso sua tela particular e nos aponta exasperada a última barbaridade de que teve ciência. Nós, árbitros de nossa própria percepção, imediatamente identificamos todas as marcas estilísticas e semânticas do absurdo. Ver a mentira na tela pessoal do outro é sempre um exercício simples, não porque o outro seja um ignorante, mas porque os afetos dele são diferentes. O que importa não é a informação, mas sim o lastro emocional que ela carrega.

Em um mundo de fragmentação da informação, em que cada cidadão (e, talvez mais grave, cada eleitor) possui uma tela pessoal alimentada por algoritmos personalizados, formam-se ecossistemas informacionais cada vez mais estanques.

É sintomático que uma pessoa que se considere bem informada e que saiba minúcias sobre cidades em outros continentes onde seja possível indicar claramente um vilão que se opõe à sua visão de mundo, desconheça completamente acontecimentos, às vezes até mais próximos, nos quais seus pressupostos sobre bondade e vilania se invertem. A polarização política, mais do que votos em partidos ou coalizões, é antes a impermeabilização desses fluxos de informação. Eles coexistem lado a lado, sem que nenhuma gota passe de um ecossistema para o outro.

Um caso interessante nesse ciclo eleitoral norte-americano que ilustra como os ecossistemas informacionais geram impactos concretos na realidade é o de Abdul El-Sayed, virulento antissemita ou abnegado trabalhador da saúde conforme o ecossistema em que seu nome circule.

Aqui as denúncias de antissemitismo, deflagradas ao manifestar-se de forma ambígua sobre um ataque a uma sinagoga na região de Detroit, por receio de perder votos de sua base, não foram suficientes para afastá-lo da posição. O candidato se sagrou vencedor das primárias democratas contra uma candidata mais ao centro do partido por uma margem inferior a 1% dos votos.

Entretanto, apesar de El-Sayed liderar as pesquisas das eleições gerais em Michigan por alguns pontos percentuais, há um

risco implícito de superestimação de votos, sobretudo de eleitores democratas engajados. Esse cenário é particularmente ilustrativo: um conflito interno do ecossistema de esquerda (entre a ala progressista e o establishment do partido Democrata) ganha contornos mais amplos na medida em que os republicanos percebem uma oportunidade e triangulam a disputa como um elemento externo. Durante as primárias, o partido Republicano veiculou propagandas centradas em El-Sayed, sublinhando suas propostas de cunho socialista, que mobilizam sua base nas primárias ao mesmo tempo que afastam eleitores nas eleições gerais.

É interessante notar como o modelo de primárias norte-americanas abre espaço para uma série de operações de propaganda, porque atua como uma espécie de gargalo informacional. Uma vez que esse modelo preconiza o voto de uma base engajada à revelia do eleitor médio, ele permite que poucos votos tenham uma repercussão desproporcional, de modo que uma operação de propaganda direcionada possa desdobrar-se em um resultado nacional. É perfeitamente possível que os democratas não conquistem o controle do Senado por conta de uma derrota em Michigan.

Na direção oposta, vemos também uma estratégia de propaganda que busca maximizar o efeito expandindo a superfície de ataque. Esse modelo não é novo, afinal, quantidade é, por si só, uma qualidade. O que talvez haja de mais novo seja o uso de LLMs como instrumento de produção e automação das atividades de propaganda.

Em relatório publicado em 10 de setembro de 2026, a Anthropic acusa a empresa francesa LKM Company de operar um modelo de negócios como "influence-as-a-service", isto é, vender uma ideia, qualquer que seja, para o cliente que esteja disposto a pagar. Essa empresa era responsável por 70 veículos de notícias, associados a 70 contas no Twitter, além de mais 250 contas falsas de comentaristas e 8.913 artigos em 20 idiomas em mercados do mundo inteiro, dos quais se destacaram os EUA e o Brasil. A Anthropic relata, contudo, que a operação foi interrompida antes que ganhasse tração e uma audiência orgânica, não tendo escapado ao confinamento de seus próprios leitores robóticos. Embora isso indique uma fragilidade da estratégia, há aqui um viés de seleção claro: sabemos apenas do caso prevenido, não dos possíveis casos que se concretizaram.

Dentre as formas de atuar da empresa, talvez a mais interessante seja a reescrita jornalística. Notícias reais, às vezes sem qualquer viés político claro, eram reescritas ao gosto do cliente e disseminadas pela rede falsa. Importante notar que o gosto em si era irrelevante, diversas notícias foram reescritas com sentidos

ideológicos opostos, a Anthropic é muito clara nesse aspecto, não havia qualquer consistência ideológica na empresa.

Se pensarmos nos vetores que levam ao desenvolvimento desse tipo de tecnologia, essa ausência de consistência ideológica não vem a ser um problema, pelo contrário, é algo dotado de valor. No contexto atual em que um ecossistema informacional pode ser um teatro de guerra, o caráter não-ideológico ou, em termos mais precisos, ideologicamente agnóstico, que pode ser obtido pela exploração intencional dessas contradições, representa um instrumento militar fundamental. Levar a esquerda mais para a esquerda e a direita mais para a direita é uma das principais receitas da guerra híbrida para o enfraquecimento dos inimigos, sejam eles quem forem.

O cerne do processo desinformacional não é a mentira em si, mas a vinculação afetiva que se constrói a partir de verdades selecionadas. A estratégia é a transitividade afetiva, porque determinada voz diz algo que eu gosto e eu sei que é verdadeiro, eu atribuo a ela a verdade, mesmo quando, em outro momento, ela me diz algo sobre o qual eu não sei nada.

Ghalibaf, presidente do parlamento iraniano, não discursa sobre a tragédia do endividamento do jovem norte-americano no Twitter porque se importa com a trajetória da dívida pessoal frente aos ganhos futuros esperados no mercado de trabalho. Ele o faz porque uma parte de sua audiência concorda visceralmente com essa leitura e, por isso, se torna mais propensa a acreditar quando o mesmo Ghalibaf mente ao dizer que o Irã está vencendo a guerra e que o melhor a fazer é pressionar o governo americano por uma rendição ou pelo menos votar no DSA.

Todos esses fenômenos, os ecossistemas informacionais estanques, a polarização política, os recortes eleitorais hiperespecíficos, a expansão da superfície de ataque via LLMs ganham sentido quando olhados pelo prisma dos afetos políticos, porque nenhum deles é em si mesmo objeto central da desinformação. A chave é que nós não temos anticorpos para lidar com um ecossistema informacional que seja uma câmara de eco das nossas próprias crenças. Uma vez que estejamos dentro de um algoritmo afetivo, só saímos à força.

LOGÍSTICA MILITAR NA GUERRA MODERNA: O CASO DA GUERRA CONTRA O IRÃ

Por Daniel Barreiros

Ao final de julho de 2026, depois de mais de cinco meses de campanha aérea contra o Irã, chegou à imprensa mundial aquilo que já era tratado pelos planejadores do Pentágono semanas antes: segundo estimativas do Center for Strategic and International Studies, o estoque de interceptadores Patriot dos Estados Unidos, cerca de 2.330 unidades antes do conflito, havia caído para algo entre 759 e 827; os interceptadores THAAD, estimados em 452, teriam sido reduzidos a algo entre 234 e 278. Do lado ofensivo, o quadro não era mais alentador: fontes militares indicaram que a Operação Epic Fury consumiu praticamente todo o inventário norte-americano de mísseis de precisão de longo alcance, incluindo os ATACMS e os PrSM. A Casa Branca reagiu com retórica previsível, afirmando que o país possui mais munições do que qualquer outro no mundo e muito mais do que precisa. Mas a decisão de suspender a ampliação dos ataques, tomada em meio a advertências explícitas dos chefes militares, diz mais do que o comunicado oficial. As condições do paiol, e não a vontade política, parecem ter definido o teto da escalada.

A leitura partidária do episódio foi imediata e é, por isso mesmo, suspeita. De um lado, celebrou-se a escassez como prova cabal do declínio americano, sintoma material de um império que já não sustenta suas próprias pretensões; de outro, negou-se o problema por inteiro, atribuindo-o a vazamentos maliciosos e ao passivo herdado das transferências à Ucrânia e a Israel. Sempre convém desconfiar do diagnóstico prêt-à-porter, que chega pronto e fica bem no espelho.

Não é tão simples, embora sinais de fragilidade existam.

A depleção de munições em meio a um conflito não é inédita. A memória militar do Ocidente deveria bastar. Em 1915, o Exército britânico descobriu em Aubers Ridge que havia planejado seus estoques para uma guerra curta que não veio; a chamada shell crisis derrubou o governo Asquith, criou o Ministério das Munições sob Lloyd George e exigiu cerca de dezoito meses de mobilização industrial para ser corrigida. Nada ali tinha a ver com custo ou orçamento, mas sim com um erro de previsão sobre a taxa de

consumo. Na mesma guerra, o bloqueio ao salitre chileno quase interrompeu a produção alemã de explosivos. Em 1973, a guerra do Yom Kippur queimou os arsenais dos três beligerantes em duas semanas e obrigou os Estados Unidos a esvaziar depósitos próprios e da OTAN por meio da Operação Nickel Grass. Em 1999, a OTAN quase exauriu seus mísseis de cruzeiro lançados do ar contra um adversário tão modesto quanto a Sérvia; em 2011, na Líbia, aliados europeus ficaram sem munição guiada em poucas semanas. O padrão é estável há mais de um século, envolva ele conflitos localizados ou guerras mundiais: um confronto em sua fase cinética não raro impõe um ritmo de depleção de munições acima do previsto, e a reposição é sempre mais lenta do que a política supõe, e deseja.

Como agravante, na conjuntura atual, opera a “16ª Lei de Augustine”, aquela segundo a qual o custo unitário das aeronaves militares cresce exponencialmente a cada geração, ao passo que os orçamentos crescem de modo aproximadamente linear. O que se observa hoje é a migração desse mecanismo da plataforma para a munição: para um orçamento dado, o número de tiros disponíveis é o quociente entre a dotação e o preço unitário, e quando um PAC-3 MSE custa entre quatro e cinco milhões de dólares e uma simples unidade THAAD custa doze milhões, será obra de simples aritmética prever um paiol vazio em um estalar de dedos. A esse fator somam-se outros três, de natureza institucional. Munição é historicamente a rubrica sacrificada nos orçamentos de paz, porque não gera empregos concentrados em distritos eleitorais nem cerimônias de rollout. As práticas de aquisição no setor de defesa importaram, nos anos 1990, a ideologia do just-in-time, e passaram a tratar capacidade ociosa como desperdício contábil. O requisito de estoque, que multiplica duração prevista por ritmo de surtidas (missões), é sistematicamente subestimado, porque o planejador que pede muito perde a disputa orçamentária interna.

A velocidade do esvaziamento obedece, ainda, a outra família de mecanismos. Há, em primeiro lugar, uma espécie de paradoxo de Jevons aplicado à munição guiada: a precisão prometia reduzir o consumo, um projétil para cada alvo, mas o ganho de eficiência foi acompanhado pela vertiginosa ampliação do conjunto de alvos discerníveis e potencialmente alvejáveis. O planejador nomeia muito mais pontos de mira, como demonstram os cerca de mil alvos atingidos nas primeiras vinte e quatro horas da campanha iraniana. Há, em segundo lugar, algo genuinamente novo: a elasticidade de substituição descendente foi reduzida a zero; em 1943 ou em 1972, era possível recorrer à munição não guiada quando o arsenal caro se esgotava; hoje, normas de proporcionalidade e protocolos de estimativa de dano colateral tornaram o bombardeio de área algo

politicamente inviável, nas condições de intensidade do conflito atual. Há, em terceiro lugar, a estratégia deliberada do adversário; a depleção do paiol deixou de ser efeito colateral para se tornar objetivo. Um drone Shahed-136 iraniano com custo de vinte a cinquenta mil dólares hoje obriga a uma resposta defensiva orçada em milhões de dólares por projétil. E não se deve perder de vista, ainda, a simultaneidade: Ucrânia, Israel, dissuasão no Pacífico e Irã sacam do mesmo inventário.

Desde 1993, o número de grandes contratantes de defesa nos Estados Unidos caiu de 51 para cinco; três empresas disputam os contratos de aquisições de mísseis pelo Departamento da Guerra, sendo responsáveis por 90% dos equipamentos fornecidos. E se hoje a capacidade de construção naval chinesa é estimada em cerca de 230 vezes a norte-americana em tonelagem, e Pequim adquire sistemas de alto desempenho em ritmo cinco a seis vezes superior, isso se dá porque a base industrial chinesa opera em pé de guerra; a norte-americana, por sua vez, corre em um ritmo incompatível com a assertividade com que Trump tem se portado em determinados tabuleiros.

É evidente que os Estados Unidos seguem sendo a única potência capaz de atingir mil alvos em vinte e quatro horas do outro lado do planeta. Mas, se o potencial de projetar força se mantém, o mesmo não se pode dizer da capacidade de sustentar essa mesma projeção. Uma mobilização total da economia transformaria esse cenário rápida e radicalmente; mas algo assim parece distante dos planos de Washington, que insiste em uma atrapalhada política de conduzir (ou apoiar) conflitos prolongados, em diferentes tabuleiros, sem objetivos militares nítidos e sem endgames previstos.

A “CRISE DE CEUTA” E A ENCRUZILHADA MUNDIAL

Por Mirelli Malaguti

A história não oferece calendários nem repete mecanicamente suas tragédias. Mas ela oferece advertências. Uma delas diz respeito à dificuldade dos contemporâneos em perceber o momento em que conflitos aparentemente independentes começam a se conectar.

O sistema internacional contemporâneo parece caminhar para uma perigosa convergência de conflitos. A guerra entre Rússia e Ucrânia envolve crescentemente a OTAN em um confronto indireto com uma potência nuclear; no Oriente Médio, setores expansionistas do governo israelense avançam sobre os territórios palestinos, convertendo em política concreta projetos associados à ideia da “Grande Israel”, enquanto a confrontação com o Irã amplia o risco de uma guerra regional; e a disputa entre Estados Unidos e China intensifica as tensões no Indo-Pacífico. A Europa, por sua vez, acelera seu rearmamento, expande orçamentos e indústrias militares e flexibiliza restrições fiscais para financiar a defesa. Guerra, dissuasão, rearmamento e ameaça nuclear continuam a organizar a política internacional, agora em um cenário de crescente fragmentação da ordem mundial e multiplicação dos focos de confronto.

Foi nesse contexto que, em 30 e 31 de julho de 2026, cerca de 70 mil pessoas se dirigiram, quase que simultaneamente, de Ceuta à fronteira espanhola e a atravessaram em apenas 24 horas — mobilizaram-se ou foram mobilizadas?

Conquistada pelos portugueses em 1415, Ceuta foi o primeiro grande marco da expansão ultramarina europeia. A Inglaterra reafirmaria a importância estratégica daquele mesmo espaço ao conquistar Gibraltar, em 1704, transformando o controle da entrada do Mediterrâneo em uma das bases de sua projeção marítima. A centralidade histórica dessa passagem remonta à Antiguidade: ali se situavam as míticas Colunas de Hércules, que assinalavam a passagem entre o Mediterrâneo e o Atlântico.

A dissidência espanhola

A Espanha passou a ocupar uma posição singular à medida que Sánchez passou a representar uma forma de dissidência interna,

permanecendo no interior do sistema ocidental ao mesmo tempo em que estabelece limites a algumas das tendências que se tornaram dominantes dentro dele.

Começamos pela questão do rearmamento europeu. Diante da pressão de Trump para elevar a 5% do PIB os gastos relacionados à defesa e à segurança, o governo espanhol sustentou que poderia cumprir as capacidades exigidas pela OTAN com cerca de 2,1%, recusando uma expansão dos gastos militares. A divergência ultrapassa a questão contábil: em uma Europa que mobiliza centenas de bilhões de euros para o rearmamento e flexibiliza para a defesa restrições fiscais antes consideradas incontornáveis, Sánchez colocou em questão a própria distribuição dos recursos do Estado entre gastos militares e políticas sociais, assim como a ideia de que a fidelidade atlântica deva ser medida pela parcela da riqueza nacional destinada à preparação militar.

A segunda divergência espanhola coloca Sánchez em confronto com um dos principais vetores da escalada militar atual: o governo de Benjamin Netanyahu. Madri reconheceu formalmente o Estado palestino, em maio de 2024, e adotou medidas concretas contra Israel, incluindo embargo de armas, restrições ao trânsito de material militar e às importações provenientes dos assentamentos nos territórios ocupados. Sánchez passou ainda a definir publicamente a atuação israelense em Gaza como “genocídio” e a denunciar a expansão dos assentamentos na Cisjordânia. A posição espanhola ultrapassa, portanto, a condenação da guerra em Gaza: ao defender um Estado palestino territorialmente viável e rejeitar anexações, Madri se contrapõe diretamente aos projetos expansionistas associados à ideia da “Grande Israel”.

A divergência ganhou dimensão ainda maior com a guerra contra o Irã. Em março de 2026, Sánchez negou aos EUA o uso das bases de Rota e Morón e rejeitou os planos de voo relacionados às operações militares, classificando a guerra como injusta e ilegal. A decisão transformou a divergência política em obstáculo estratégico concreto: mesmo integrada à OTAN e à arquitetura militar ocidental, a Espanha reivindicou o direito de impedir que instalações sob sua soberania fossem utilizadas em uma guerra à qual se opunha.

A tentativa espanhola de reconstruir seu equilíbrio no Magreb é fundamental para compreender Ceuta. Após a crise migratória de 2021 e a aproximação de Sánchez com a posição marroquina sobre o Saara Ocidental em 2022, que deteriorou as relações com a Argélia, o primeiro-ministro esteve em Argel, em 20 de julho de 2026, para anunciar uma “nova etapa” entre os dois países. Sánchez buscava reequilibrar as relações com as duas potências rivais do Magreb — um Marrocos cada vez mais próximo de Israel e uma Argélia

fortemente vinculada à causa palestina — quando, apenas dez dias depois, ocorreu Ceuta. A proximidade temporal não demonstra causalidade, mas torna a cronologia impossível de ignorar.

Não há, até agora, prova pública de que Marrocos, Israel ou EUA tenham organizado deliberadamente a entrada em Ceuta com o objetivo de desestabilizar Sánchez. Mas seria igualmente ingênuo retirar do episódio sua dimensão política: poucas imagens são tão destrutivas para um governo europeu contemporâneo quanto a de uma fronteira fora de controle, sobretudo quando a imigração se tornou um dos principais terrenos de crescimento da direita radical. Ceuta transforma, assim, a fronteira física em fronteira eleitoral. Isso não exige imaginar uma articulação centralizada: interesses distintos podem convergir na fragilização de um mesmo governo e extrair dela benefícios diferentes. A instrumentalização política da migração deve ser compreendida nesse sentido: os indivíduos possuem suas próprias razões para atravessar a fronteira, mas seus movimentos podem ser facilitados, tolerados ou explorados politicamente por outros atores. A arma, se existe, não é o migrante; é a crise política produzida em torno de sua chegada.

A trama da desordem mundial

É aqui que o paralelo com os anos 1930 recupera sua importância. Manchúria, Etiópia, rearmamento alemão, Guerra Civil Espanhola, Áustria e Sudetos eram inicialmente tratados como crises distintas, até o momento em que essas histórias passaram a compor um único sistema de conflito. Talvez esse seja o principal ensinamento que a Espanha dos anos 1930 oferece à Espanha de 2026.

A história não obriga o presente a repetir o passado. Rússia e Ucrânia não são a Polônia de 1939; Gaza não é a Espanha de 1936; Ceuta não é Guernica; Sánchez não é a Frente Popular. Transformar analogias em equivalências seria abandonar a análise histórica justamente quando mais precisamos dela.

Mas existe uma pergunta que a história nos autoriza — e talvez nos obrigue — a fazer: em que momento vários conflitos deixam de ser crises independentes e passam a constituir partes de uma crise maior?

Ucrânia, Gaza, Irã, Saara Ocidental, Ceuta, rearmamento europeu e ascensão das direitas não podem mais ser vistos como fenômenos distintos. Cada vez mais, essas crises atravessam os mesmos elementos — alianças militares, energia, fronteiras, indústria de defesa, disputas territoriais, migração e nacionalismo.

Em 1415, quando os portugueses tomaram Ceuta, eles não sabiam que estavam inaugurando um movimento histórico que alteraria profundamente as relações entre a Europa e o resto do mundo. Em 1936, quando militares se insurgiram contra a República, poucos poderiam prever que a Espanha anteciparia conflitos que em breve envolveriam toda a Europa. Em 2026, o erro talvez seja, novamente, enxergar em Ceuta apenas uma crise local.

As antigas Colunas de Hércules continuam no mesmo lugar.

A pressão sobre Ceuta revela como uma crise fronteiriça pode ser convertida em instrumento de fragilização de um governo que passou a contrariar interesses poderosos em diferentes frentes da política internacional. A experiência dos anos 1930 mostra que crises distintas podem deixar de sê-lo muito antes que seus contemporâneos consigam perceber que já fazem parte de um conflito maior.

O CONFLITO DIPLOMÁTICO ENTRE ARGENTINA E BRASIL

Por Hernán Neyra

Em 25 de julho, o presidente argentino Javier Milei participou do lançamento da campanha presidencial de Flávio Bolsonaro. Do palco, diante de uma grande multidão, chamou o presidente Luiz Inácio "Lula" da Silva de "ladrão", "presidiário" e "lixo socialista", enquanto se referia ao juiz Alexandre de Moraes como "lixo careca". O Supremo Tribunal Federal condenou as declarações como desrespeitosas, e o presidente convocou o embaixador em Buenos Aires, Julio Bitelli, para consultas, deixando a representação em nível consular.

Na sequência das declarações escandalosas de Milei, Brasília decidiu retirar seu embaixador de Buenos Aires e, em agosto, expulsou o embaixador argentino no Brasil, Daniel Raimondi. As relações diplomáticas entre os dois países encontram-se no seu ponto mais baixo dos últimos dois séculos.

A agressividade de Milei levou até mesmo outros países do Mercosul a se manifestarem a favor da desescalada. O ex-presidente uruguaio Julio María Sanguinetti afirmou que "esse clima de agressão verbal é muito lamentável e completamente alheio às condições naturais de diálogo entre os Estados". Enquanto isso, o atual presidente uruguaio, Yamandú Orsi, ofereceu sua ajuda para melhorar as relações entre os líderes, sugerindo que poderia até mesmo pedir ao Papa Leão XIV que mediasse e aproximasse os dois lados. Do Paraguai, o presidente Santiago Peña declarou à imprensa: "Estamos sempre tentando intervir para que as divergências entre os chefes de Estado não se agravem a ponto de prejudicar o bloco".

Esta não é a primeira vez que Milei causa escândalos como este. O mesmo aconteceu em março de 2024 com a Colômbia, que retirou seu embaixador de Buenos Aires depois que Milei chamou Gustavo Petro de "terrorista assassino" em uma entrevista transmitida pela CNN. E em junho de 2024, a Espanha convocou seu embaixador para consultas depois que Milei chamou a esposa de Pedro Sánchez de "corrupta" durante um evento do partido VOX. Em agosto deste ano, ao elogiar o regime de Pinochet em um evento partidário no Chile, ele disse: "Pedro Sánchez e o PSOE estão facilitando a imigração descontrolada e degradando

sistematicamente a identidade espanhola (...) abrindo caminho para as hordas estrangeiras que acabarão por substituí-los", acrescentando: "Vejam o que Pedrinho está fazendo na Espanha" (...) "Ele é mais sujo que uma batata, e ele e toda a escória ao seu redor ficaram bastante ofendidos quando eu disse que eram um governo de ladrões, e parece que os fatos confirmam isso."

Lógica de um ataque

À primeira vista, poderíamos apontar diferenças ideológicas por trás desses ataques. Mas os desacordos ideológicos entre Argentina e Brasil começaram com as presidências de Jair Bolsonaro e Alberto Fernández, que se sobrepuseram entre 2019 e 2022. Mesmo assim, mantiveram uma aparência de civilidade e avançaram em questões de integração. Ambos entenderam que os interesses de suas nações tinham prioridade sobre qualquer falta de pontos em comum com o outro país. Além disso, desde que Lula assumiu a presidência do Brasil, não houve grandes conflitos com Milei durante seu mandato como presidente da Argentina.

Para a Argentina, o custo potencial de um conflito com o Brasil poderia ser enorme. Como destacou o Infobae, "o Brasil tem sido o principal parceiro comercial da Argentina desde 1991, sem interrupção. Nenhum outro país no mundo tem um comércio bilateral tão forte com a Argentina quanto o Brasil", representando quase 13% das exportações do país e mais de 22% de suas importações. Além disso, o Brasil é ainda mais crucial para o setor industrial e como fonte de investimento estrangeiro. Esses dados assumem relevância crucial diante das atuais dificuldades econômicas da Argentina.

Mas as declarações de Milei nem sempre são isoladas. Seus ataques a Pedro Sánchez, na Espanha, ocorrem após Donald Trump criticar o país, chamando-o de "país arruinado" devido à recente crise migratória em Ceuta, ou quando ele retoma o tema dos gastos com defesa espanhóis em relação à OTAN, que considera insuficientes. E seus ataques ao presidente Lula da Silva seguiram a disputa entre os Estados Unidos e o Brasil sobre tarifas impostas unilateralmente.

No entanto, após os desentendimentos, Trump e Lula voltaram a conversar por telefone em 21 de agosto. Mas as relações com a Argentina permanecem em nível consular. Isso reforça a imagem de políticos alinhados que Trump busca cultivar ao redor do mundo.

Trump se posicionou — e reconheceu isso publicamente — como o patrono político de Milei quando seu governo parecia estar ruindo devido à grave crise econômica que assolava o país antes das

eleições de meio de mandato de 2025. Trump lhe forneceu US\$ 20 bilhões em ajuda financeira e garantiu outros US\$ 20 bilhões em financiamento, condicionados ao sucesso político de Milei — ou seja, não à Argentina. Considerando esses recursos essenciais para evitar uma temida hiperinflação descontrolada, a população argentina lhe deu o voto a Milei. Trump deixou claro que essa vitória eleitoral se deveu ao seu apoio — e Milei aceitou.

Ao fim, agenda financeira própria

Assim, Milei está agindo como um gestor para seu credor. É por isso que, após participar da posse do presidente do Peru, o partido de Javier Milei está organizando uma cúpula de líderes sul-americanos em Buenos Aires, inspirada no antigo Grupo de Lima. Para ele, sua agenda depende da agenda do presidente dos EUA.

Embora possa parecer um alinhamento ideológico, o recente conflito com o Reino Unido sobre as Ilhas Malvinas revela que não é esse o caso. Milei ascendeu à proeminência política ao expressar reiteradamente sua admiração por Margaret Thatcher e, em dezembro passado, disse ao jornal *The Telegraph* que as Malvinas se tornariam argentinas "quando os ilhéus assim o desejassem", aceitando a soberania britânica sobre as ilhas.

Mas, agora o governo argentino impôs sanções legais e econômicas às empresas petrolíferas envolvidas na extração de petróleo e anunciou a construção de uma Base Naval Integrada na Terra do Fogo. Além disso, propôs uma denominada Lei para a Defesa da Soberania Nacional. Tudo isso faz parte de um esforço mais amplo para contestar a soberania da Argentina sobre as Ilhas Malvinas. O governo do Reino Unido precisou reafirmar que a questão da soberania não estava em discussão.

Essa mudança do governo argentino, observa o *Clarín*, principal jornal da Argentina, vem dos Estados Unidos porque Milei "não deu um único passo sem informar o governo de Donald Trump". O presidente estadunidense afirmou que irá rever a posição histórica de neutralidade de seu país em relação à soberania das Ilhas Malvinas, como forma de pressionar o Reino Unido a aumentar seus gastos com defesa.

Em suma, o conflito gratuito com o Brasil é incompreensível para a Argentina sob qualquer perspectiva. Pelo contrário, as consequências podem ser desastrosas em múltiplas dimensões. E essa parece ser a visão predominante entre os argentinos, já que, segundo a pesquisa do Instituto Zuban Córdoba, 70,5% dos

argentinos desaprovam os ataques de Milei contra Lula, e 88,9% consideram o Brasil e sua economia importantes para a Argentina.

Milei também expõe a natureza dos novos líderes regionais, cuja motivação é puramente pessoal — e que estão dispostos a sacrificar o bem-estar do país que lideram. Ele próprio afirmou isso recentemente em um evento organizado por uma fundação de direita no Hotel Sheraton, em Buenos Aires, quando, questionado sobre uma possível reeleição, declarou que não era problema dele, mas sim dos argentinos, porque “meu futuro já está garantido; ou seja, estou fazendo o que é necessário, estou garantindo meu futuro. Vou ganhar a vida dando palestras”.

CEM ANOS DE FIDEL CASTRO E O CERCO A CUBA

Por José Carvalho de Noronha

Em 20 de julho de 2026, o Departamento de Estado dos Estados Unidos publicou cem páginas para explicar por que uma ilha sem combustível é a capital mundial do comunismo. Seis dias antes do aniversário do assalto ao Moncada. Poucas semanas antes do centenário de nascimento de Fidel Castro. Na conclusão, o relatório afirma literalmente: “Tomar a pobreza de Cuba por inocuidade é não compreender integralmente a ameaça. Sua fragilidade material nunca foi a medida do seu perigo. O poder da ilha sempre foi ideológico, subversivo e parasitário”. O nome Fidel aparece no documento 19 vezes, Castro 80.

A revolução de 1959 começou pela terra: liquidou o latifúndio, atingiu as centrais açucareiras de capital norte-americano e passou a propriedade a cooperativas e a pequenos produtores. O dinheiro que antes remunerava proprietários ausentes virou escola e hospital. A campanha de alfabetização de 1961 liquidou o analfabetismo em um ano. O médico de família chegou a cada bairro e a cada povoado. Um país sem petróleo, sem indústria pesada e sob bloqueio, alcançou uma expectativa de vida acima da média das Américas e mortalidade infantil de país rico. Supera a maior parte da América Latina nos componentes de saúde e educação do Índice de Desenvolvimento Humano.

Fidel partiu de Cuba para o mundo na Assembleia das Nações Unidas quando afirmou em 1960: “As guerras, desde o princípio da humanidade, surgiram do desejo de uns espoliarem outros de suas riquezas. ... Desapareça a filosofia da espoliação, e terá desaparecido a filosofia da guerra!”. Em seus quatro discursos na ONU reafirmou que a independência política é mentira sem independência econômica. O desenvolvimento dos países pobres é condição da paz e não donativo dos ricos. Nenhum país pode decidir sozinho pelos demais, e o poder de veto no Conselho de Segurança revelou um colonialismo instalado dentro da própria organização que deveria impedi-lo.

Em janeiro de 1966, Havana reuniu mais de quinhentos delegados de oitenta e dois países na Conferência Tricontinental. Dali saiu uma organização permanente que juntava não apenas Estados, mas movimentos que ainda lutavam por existir. O

Departamento de Estado, sessenta anos depois, aponta esse evento como a origem do que chama de terceiro-mundismo.

A passagem de Fidel de líder de uma pequena ilha no Caribe a líder global passou pela África. A viagem de Che Guevara, no início de 1965, construiu a rede que faria de Cuba interlocutora do mundo: Ben Bella na Argélia, Sékou Touré na Guiné, Nkrumah em Gana, Nasser no Egito, Nyerere na Tanzânia, Amílcar Cabral na Guiné-Bissau.

Cuba enviou tropas à Argélia, manteve instrutores na Guiné-Bissau ao lado de Amílcar Cabral e sustentou o MPLA em Angola, para onde enviou tropas em 1975 para conter a invasão sul-africana. A derrota em Angola enfraqueceu Pretoria e desmitificou a invencibilidade de seu exército. Sob pressão militar e isolamento internacional, a África do Sul se viu obrigada a aceitar os acordos de paz, que abriram caminho para a independência da Namíbia e aceleraram a queda do apartheid, como afirmou Mandela em sua visita a Cuba em 1991. Em 1979 a reunião da Cúpula dos Não Alinhados foi em Havana, ocasião em que Fidel assumiu a presidência do Movimento. Foi com esse mandato que subiu à tribuna da ONU, abrindo com a frase de que não vinha falar de Cuba, falava por noventa e cinco países.

Na América Latina a inspiração cubana atravessou guerrilhas derrotadas, ditaduras enfrentadas e uma vitória na Nicarágua. Nos anos noventa, Fidel formulou que a integração regional deixava de ser consequência das transformações para tornar-se sua condição. Dessa formulação saíram o Foro de São Paulo e a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA).

A ajuda soviética recuou a partir de 1986, o Período Especial foi decretado com a URSS ainda de pé. Em 1991, Moscou retirou-se da ilha sem consultar Havana. Nenhum país do antigo bloco ocupou aquele lugar. Cuba ficou só, com a economia desabada e apagões que duravam quase o dia inteiro. E preservou saúde e educação para toda a população. Poucos no mundo apostavam que resistiria. Resistiu. No ato de homenagem póstuma em Santiago de Cuba, em dezembro de 2016, Raúl Castro lembrou que Fidel previra aquele desaparecimento com anos de antecedência e assegurara que, ocorrendo, Cuba seguiria defendendo as bandeiras do socialismo. Atribuiu a ele a resistência dos anos em que a economia desabou e os apagões duravam quase o dia inteiro, e registrou que saúde e educação foram preservadas para toda a população.

Os Estados Unidos tentaram remover ou isolar o governo cubano ao longo de mais de seis décadas de bloqueio. Trump dispõe hoje de um instrumento que os anteriores não tiveram. Com a

captura de Maduro cortou o petróleo venezuelano que abastecia a ilha e ameaça com tarifas qualquer país que a abasteça. A restrição não alcança uma potência nem uma capacidade material: alcança Cuba. A igualdade soberana, a não intervenção e a decisão coletiva sobre o uso da força foram negadas uma a uma.

Os resultados desse crescimento do bloqueio logo agravaram as condições de vida dos cubanos. O Índice de Desenvolvimento Humano de Cuba vem caindo. Em 2026, o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos advertiu que a mortalidade infantil voltou a subir e que caiu a sobrevivência de crianças com câncer, por efeito das restrições de combustível e das sanções econômicas.

Com toda sua potência, os EUA não conseguiram remover, isolar ou dobrar o governo cubano. Foram derrotados na invasão em Playa Girón, não conseguiram com sabotagem, não conseguiram com centenas de planos de assassinato, não conseguiram com sessenta e quatro anos de bloqueio. Trump acha que conseguirá com fome de energia. Está apostando que um povo se rende quando o hospital apaga. O que Cuba demonstra não pode sobreviver: querem destruir a possibilidade de continuar demonstrando.

Na ONU a maioria que condena o bloqueio encolheu sob pressão diplomática. Encolheu a maioria. Não encolheu a razão. Os argumentos continuam sendo os de 1979, e ninguém os respondeu — nem em 1979, nem agora.

E o mundo que ele defendia na tribuna está nascendo, ainda que torto e sem garantia nenhuma. A ordem de um só polo durou trinta anos e já não se sustenta. Países que eram colônias hoje decidem para quem vendem e de quem compram. A reforma do Conselho de Segurança, que Fidel reclamava em 1995 e em 2000, voltou à pauta pela boca de governos que nada devem a Cuba. Quando uma potência precisa de cem páginas e de ameaças tarifárias contra terceiros para lidar com uma ilha de onze milhões de habitantes, o que ela está confessando é que já não manda sozinha.

Fidel proibiu desde 1959 que se desse a qualquer coisa em Cuba o nome de figura política viva, recusou que se falasse em castrismo e deixou escrito que não queria estátuas nem ruas com seu nome. Está enterrado sob uma pedra em forma de grão de milho. Não deixou imagem para cultuar. Mas quando ele morreu, o que a multidão gritou em Havana não foi um adeus, mas afirmação de vida: “Yo soy Fidel!”. Cem anos depois de seu nascimento e dez depois de sua morte, seguem de pé o seu internacionalismo, o que fez com a estrutura de propriedade de um país pobre e o que mandou para fora — soldados às guerras de independência africanas, médicos e

professores a quem os pedisse. Isso não se bloqueia. Isso alimenta lutas em países que ele nunca governou, e continuará alimentando enquanto houver quem precise de um mundo mais justo e multipolar. O relatório do Departamento de Estado, à sua maneira torta, reconheceu o essencial: Fidel vive e Havana é uma capital. Capital de esperança e resistência.

O SILÊNCIO DO DR. ANTHONY FAUCI

Por Reinaldo Guimarães

“O silêncio é fonte de grande força”

Do Taoismo de Lao Tzu.

No século XX, com o avanço da biotecnologia, principalmente em sua segunda metade, houve uma notável proliferação de biolaboratórios. E, em paralelo, a manipulação de patógenos como arma de guerra também escalou. A bipolaridade geopolítica engendrou o desenvolvimento de instalações de ataque e defesa nos Estados Unidos, na União Soviética e em outros países. A vitória norte-americana na Guerra Fria está na raiz do debate atual sobre esse tema.

Até 2018, o assunto esteve relativamente fora do noticiário jornalístico, mas a eclosão e o impacto da pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 fizeram com que essa ‘caixa-preta’ fosse aberta e atingisse o grande público. E a guerra entre a Rússia e a Ucrânia propiciou ainda mais o debate que, até o momento, continua aceso. Sua face mais visível tem sido a polêmica sobre a origem do patógeno que foi o responsável pela pandemia de COVID-19.

A face geopolítica do tema veio à tona com denúncias originadas na Rússia e na China sobre a existência de uma rede de biolaboratórios dos Estados Unidos em vários países da Eurásia, inclusive no território ucraniano. Em 2022, um editorial do jornal China Daily, intitulado em tradução livre ‘Campanha de desinformação de Washington é letal’, denunciava a existência de 46 desses laboratórios na Ucrânia¹. Pouco antes, no mesmo veículo, outro editorial tinha como título, também em tradução livre, ‘Biolaboratórios dos Estados Unidos representam perigo presente e claro’². Neste, é repercutida uma matéria da ‘Força de Defesa Nuclear, Biológica e Química da Rússia’ que afirmava a existência de 336 laboratórios norte-americanos em 30 países. Ainda em 2022, a

¹ China Daily (Editorial) - Washington's disinformation campaign lethal. China Daily 06/05/2022. https://en.chinadiplomacy.org.cn/2022-05/06/content_78202671.shtml

² China Daily (Editorial) - US biolabs a clear and present danger -14/03/2022. https://en.chinadiplomacy.org.cn/2022-03/14/content_78106259.shtml

Organização Mundial de Saúde (OMS) recomendou à Ucrânia que destruísse as amostras de patógenos perigosos de seus laboratórios¹.

Os Estados Unidos reconhecem a existência de biolaboratórios sob seu comando, cuja alegada missão depois de 1991 foi reorientar os biolaboratórios soviéticos agora sob nova orientação, após a extinção da URSS. Em junho de 2026, uma nota à imprensa do Escritório do Diretor Nacional de Inteligência dos Estados Unidos reconhecia a existência de um ‘Programa Global de Biolaboratórios, financiado pelo governo federal’. A nota reconhece, sempre em tradução livre que, “[...existem] novas evidências de financiamento de longa data por parte do governo dos Estados Unidos a mais de 120 biolaboratórios em mais de 30 países. Esses biolaboratórios incluem instalações na própria Ucrânia”².

Finalmente, vale mencionar que a atividade dos biolaboratórios costuma ser tratada em ambiente de sigilo porque faz parte das políticas nacionais de defesa. Neles são desenvolvidas tecnologias aplicáveis em guerra biológica ou bioterrorismo, além das necessárias medidas de proteção das populações dos países onde estão instalados, por agressão ou acidente. Trata-se, pois, de uma dupla camada de sigilo: por um lado, por ser uma atividade secreta de natureza militar, por outro por ser desenvolvida em um ambiente de pesquisa científica e tecnológica que, em um mesmo ambiente físico, abraça a dualidade das atividades que neles têm lugar. A manipulação de um micro-organismo com vistas à produção de uma nova vacina, pelo menos em etapas precoces de desenvolvimento, percorre uma rota semelhante à da produção de uma arma de defesa ou ataque. Em outros termos, porque sua atividade se situa no terreno das tecnologias duais.

Biolaboratórios são classificados em quatro níveis de segurança, de um a quatro, segundo os riscos crescentes de vazamento de micro-organismos para o ambiente. O nível 4, que exige o maior nível de segurança, deve conter vírus para os quais não existem tratamentos ou vacinas disponíveis no mundo, como um grande número de Febres Hemorrágicas e os vírus Marburg e Lassa. Em 2023 havia, no mundo, 69 laboratórios conhecidos operando ou em construção, sendo 26 na Europa, 20 na Ásia, 15 na América do Norte, quatro na Oceania, três na África e um na América do Sul (no Brasil). O número de biolaboratórios vem crescendo neste século, em

¹ *Pharmaceutical Technology*, March, 11, 2022. WHO asks Ukraine to destroy pathogens in labs to avert disease spread. <https://www.pharmaceutical-technology.com/news/who-ukraine-pathogens-labs/>

² Office of the Director of National Intelligence (USA). Press Release - DNI Gabbard Reveals Evidence of U.S. Taxpayer-Funded Global Biolab Program. June 12, 2026 https://www.odni.gov/13629/pr-10-26/?utm_source=chatgpt.com

parte pelos avanços biotecnológicos, mas, acredito eu, também pela crescente complexidade do quadro geopolítico^{1,2}.

Em novembro de 2021, a OMS criou um Grupo Assessor Científico sobre as Origens de Novos Patógenos (SAGO, em inglês), cuja missão era tentar determinar as origens do SARS-CoV-2 e, de um modo mais geral, investigar como se originam patógenos emergentes e reemergentes potencialmente epidêmicos. Independentemente da qualidade científica dos membros do grupo, o fato é que praticamente desde o seu início seus trabalhos foram atravessados por uma forte politização, haja vista a disseminação da ideia de que a pandemia era uma “epidemia chinesa”. O SAGO trabalhou por quase quatro anos e seu relatório, entregue à direção da OMS, pouco contribuiu para uma resposta firme sobre a origem do vírus e confirmou a politização. Recentemente, a revista *Nature* publicou um texto assinado por 23 dos 27 membros do SAGO que sugere que o caminho mais provável foi uma rota de morcegos infectando mamíferos no mercado de Wuhan (China), e daí aos humanos³.

Anthony Fauci é um respeitado imunologista norte-americano e tem atualmente 85 anos. Foi diretor de um dos mais importantes institutos do NIH, o Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infecciosas (NIAID) entre 1984 e 2022. Foi nomeado pelo republicano Reagan e foi conselheiro presidencial pelos seis presidentes seguintes, três democratas e três republicanos, inclusive Trump 1. Saiu da direção do instituto e da posição de conselheiro por vontade própria. À frente daquele instituto enfrentou a epidemia de HIV/AIDS, os surtos de Ebola e Zika, a pandemia de COVID-19 e os episódios de bioterrorismo durante a chamada ‘Guerra ao Terror’, iniciada no governo de Bush filho após o atentado ao World Trade Center. Dentre as atividades bioterroristas naquele momento estava o envio de correspondências envenenadas com a toxina do antraz a jornalistas e autoridades.

Neste ano, Fauci foi convocado compulsoriamente ao Senado pelo senador Rand Paul, republicano ultradireitista de Kentucky. O senador acusou o NIAID de ter apoiado projetos de pesquisa sobre

¹ Kaizer, J. *Growing number of high-security pathogen labs around world raises concerns*. *Science Insider*. 17 Mar 2023. <https://www.science.org/content/article/growing-number-high-security-pathogen-labs-around-world-raises-concerns>

² *Global Biolabs Report 2023*. <https://www.globalbiolabs.org/>

³ Venter, M. et al. - *COVID's origins: what we do and don't know*. *Nature*, Vol. 650, 26 February 2026. <https://www.nature.com/articles/d41586-026-00530-y>

vírus em um ou mais laboratórios chineses, em cujos objetivos estaria o que se chama ‘ganho de função’, isto é, quando um micro-organismo, naturalmente ou por manipulação genética, adquire a capacidade de infectar um organismo geneticamente distinto. Fauci admitiu que o NIAID havia apoiado pesquisas no laboratório de Wuhan, mas não pesquisas relacionadas a ganho de função. Em seguida, declarou que não mais responderia às perguntas do Comitê, invocando o princípio de que não poderia ser obrigado a produzir eventuais provas contra si. O Comitê aprovou uma resolução de desacato que foi enviada ao Departamento de Justiça solicitando que Fauci seja processado.

A pergunta que se coloca é se essa recusa de Fauci retrata apenas uma indisposição entre ele e a maioria Republicana, ou se há outro motivo. Afinal, tendo passado 38 anos à frente do NIAID, Fauci autorizou muitas centenas de projetos sobre muitos tipos de vírus, destinados a um sem número de instituições científicas nos Estados Unidos e no exterior. Dentre eles há, certamente, projetos destinados a biolaboratórios com variados objetivos, entre os quais estarão pesquisa genômica com vírus, talvez até alguns relacionados a ganhos de função, mesmo que não relacionados ao SARS-CoV-2. O NIH desenvolve atividades de colaboração com dezenas de países. Fauci é, portanto, o depositário de informações sobre a atuação do NIAID durante mais de três décadas e é o principal fiador científico dessa atuação. Suspeito que o motivo pelo qual Fauci negou-se a responder às perguntas do comitê foi por considerá-las uma armadilha para que as atividades do NIAID como um todo sejam objeto de escrutínio político pelo governo Trump 2. No limite, aprofundar no NIH o que este governo vem fazendo com todas as instituições cujas missões tenham fronteiras relacionadas à ciência. No meu ponto de vista, o caso não está encerrado e se moverá apenas após os resultados das eleições de novembro próximo, quando Trump poderá perder a maioria no Congresso. Até lá, penso que Fauci manterá seu precioso e justificado silêncio.

A GUERRA, O CLIMA, E A GEOPOLÍTICA DOS ALIMENTOS

Por Georges Flexor

No final de junho de 2026, os mercados internacionais de *commodities* alimentares pareciam ter se recuperado do "susto" provocado pela guerra no Oriente Médio, que, ao limitar as exportações de fertilizantes agrícolas e de hidrocarbonetos, tinha elevado rapidamente os preços desses produtos. A diminuição dos preços, a partir de meados de maio deste ano, apontava para a resiliência e a capacidade dos mercados de *commodities* de se adaptarem a choques exógenos. O ambiente geopolítico, embora altamente ruidoso, parecia igualmente contribuir para um cenário de preços mais controlado e estável. Os EUA e o Irã sinalizavam estar dispostos a negociar, e os navios já ensaiavam uma volta pelo estreito de Ormuz. Embora as tensões geopolíticas e a volatilidade dos mercados permanecessem elevadas, as expectativas eram de que a crise no Oriente Médio se resolvesse, ao menos parcialmente, e de que o comportamento dos preços das *commodities* alimentares se acomodasse em um patamar que reduzisse os riscos de insegurança alimentar aguda: afinal, a safra global 2025/26 de grãos tinha sido excelente e os estoques eram robustos.

A sensação de conforto relativo, todavia, não durou. As negociações entre os EUA e o Irã, que pareciam caminhar para uma solução, ainda que provisória, pararam de avançar, e o número de navios passando pelo estreito voltou a diminuir. Com isso, a oferta global de fertilizantes e hidrocarbonetos voltou a se tornar mais incerta.

A situação do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, outro ponto nevrálgico da geopolítica alimentar global, constituía outro vetor de tensões a afetar os mercados internacionais de alimentos. Sem avanços territoriais de um lado ou de outro, parte do conflito se deslocou para o Mar Negro, via marítima estratégica para o escoamento dos grãos ucranianos e russos. Ataques a infraestruturas portuárias e a navios se tornaram mais frequentes e passaram a fazer parte da guerra de desgaste travada pelos dois países. O que acabou afetando negativamente as exportações de trigo e de óleo de girassol e, em menor medida, de milho.

Para piorar, e com impactos potenciais bem mais significativos, começaram a aparecer os primeiros efeitos climáticos da formação de um "El Niño" de alta intensidade sobre a produção global de alimentos. A safra de trigo europeia sofreu com a canícula que assolou o continente nos meses de julho e agosto. A produção norte-americana desse cereal também sofreu com o excesso de calor no verão do hemisfério norte. A produção de milho, em particular a americana, foi igualmente bastante afetada. Até o final de agosto, a oferta global de arroz, de soja e açúcar, menos castigada pelo clima e pelos conflitos, mostrou-se resiliente. Mas as próximas safras brasileira e argentina, dois dos mais importantes players globais da oleaginosa, ainda podem apresentar resultados aquém do esperado. Ou seja, a sensação de maior previsibilidade e calma que pairava no cenário global no fim de junho deu lugar a um pessimismo difuso quanto à situação alimentar global que deverá prevalecer nos próximos meses e no próximo ano.

O comportamento dos mercados reflete bem essa mudança de "humor" global. Do final de junho ao primeiro dia de setembro, os preços das principais commodities agroalimentares cresceram substancialmente: as cotações do trigo aumentaram mais de 20%; as de soja, arroz, milho e açúcar, quase 30%; e as da carne vermelha, 10%. Movimentos de preços dessa magnitude, em um curto espaço de tempo, são reveladores das tensões que atravessam os mercados de alimentos e dos temores quanto ao que isso possa causar à segurança alimentar e à ordem social.

A dinâmica dos mercados futuros aponta para a manutenção de uma situação alimentar mais tensa. Nos mercados de milho, trigo e arroz, os contratos futuros superaram os preços no mercado "*spot*". Essa situação, a "contango", reflete o custo de carregamento (*cost of carry*) e sinaliza expectativas de estoques mais restritos à frente. Para as oleaginosas, o preço da soja para o contrato corrente em Chicago (novembro de 2026) está caindo em relação ao da safra nova (novembro de 2027), sinalizando a expectativa de uma oferta global estável ou crescente. Por fim, o fato de os contratos futuros de carne bovina serem negociados com valor abaixo das cotações presentes aponta para uma restrição de animais disponíveis para abate imediato.

Esse contexto alimentar global impõe uma série de desafios aos governos. Os países dependentes da importação de grãos - como a região MENA (Oriente Médio e Norte da África) ou muitos países africanos - enfrentarão custos de aquisição elevados, gerando pressões fiscais adicionais difíceis de equacionar politicamente. Há também riscos de inflação de alimentos mais generalizada, já que a alta nos cereais tende a elevar os custos da ração animal no médio

prazo e a pressionar os custos de produção de proteínas (carnes/frango), mesmo que os estoques atuais desses produtos permaneçam estáveis. Além disso, com estoques um pouco mais estreitos, os mercados agrícolas tornam-se altamente sensíveis a novos choques energéticos (fertilizantes e combustíveis) e a eventos climáticos, o que eleva a volatilidade das cestas básicas nacionais.

A momentânea recuperação dos mercados em meados de 2026 não sinalizou uma transição para a estabilidade, mas apenas um intervalo em um sistema operando no limite de sua resiliência. A confluência entre a instrumentalização geopolítica das cadeias logísticas e a intensidade dos eventos climáticos reconfigura a arquitetura da segurança alimentar global. Por um lado, os conflitos no Oriente Médio e no Mar Negro demonstram que a beligerância opera agora como um vetor de desestabilização da oferta de insumos e grãos, transformando rotas comerciais em pontos de fragilidade. Por outro, a força do "El Niño" em formação e as ondas de calor severas que afligiram o hemisfério norte evidenciam que as mudanças climáticas consolidaram-se como um risco estrutural que compromete a previsibilidade das safras e a viabilidade dos atuais modelos de produção. O momento atual é, portanto, um retrato dos principais desafios globais à segurança alimentar presente e futura.

A CONVERGÊNCIA DAS POTÊNCIAS INTERMÉDIAS

Por Juliano Fiori

O presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva reagiu com a devida firmeza à recente confirmação de que o governo dos Estados Unidos imporá uma tarifa de 25% sobre as exportações brasileiras. Entre os “atos, políticas e práticas” que considerou “irracionais ou discriminatórios” e passíveis de investigação formal, o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos citou os serviços brasileiros de pagamento eletrônico. O governo Trump tem frequentemente criticado o Pix. Mas a imposição dessas tarifas também faz parte de um número crescente de medidas destinadas a minar o governo de Lula antes das eleições, enquanto Washington busca acesso privilegiado à abundante fonte brasileira de elementos de terras raras. Um porta-voz do presidente brasileiro questionou a legitimidade da investigação, afirmando que ela não tem “amparo nas regras multilaterais de comércio”.

Embora os governos nacionais possam continuar a invocar tais regras em defesa de sua soberania, as condições que possibilitaram a expansão do multilateralismo no século XX já não existem. Isso fica evidente não tanto no desrespeito cada vez mais descarado da administração Trump pelas normas e instituições internacionais — tem sido prerrogativa do poder hegemônico contornar regras universais, ao mesmo tempo em que fiscaliza o cumprimento delas por parte dos demais —, mas na incapacidade dos Estados Unidos de reformulá-las em coerência com a evolução de sua geoestratégia. E, à medida que os Estados Unidos têm rejeitado o multilateralismo, sua preeminência global no exercício da coerção também tem diminuído. Na ausência efetiva dos Estados Unidos das instituições multilaterais existentes, a resignificação dessas — sobretudo por parte de Estados revisionistas, como a China e a Rússia — tem sido utilizada para minar sua hegemonia. Mas, à medida que Trump transforma o mundo em alvos, adversários ocasionais, bem como rivais sistêmicos, também estão respondendo da mesma forma.

As mudanças na condução da guerra econômica são particularmente reveladoras. Devido à referência global de sua

¹ Este artigo foi publicado previamente, em inglês, na Revista Jacobin, e faz parte de uma pesquisa do Instituto Alamedas, sobre o tema “Depois da Ordem”

moeda desde o Acordo de Bretton Woods de 1944, os Estados Unidos exerceram um controle único sobre os fluxos internacionais de capital, bem como de commodities. Por meio da imposição de diversas formas de “bloqueio” — desde sanções até tarifas e cercos marítimos —, o país condicionou as relações econômicas de maneira que, por um tempo, contribuiu para a formação de um sistema de consentimento ao seu poder imperial. Mas tais medidas forçaram ações que, em última instância, contribuíram para a erosão de sua hegemonia global: sob a pressão das sanções americanas, por exemplo, a Rússia, o Irã e a Venezuela adotaram estratégias de desdolarização, realizando transações comerciais em outras moedas, especialmente o yuan. No entanto, como observou recentemente o historiador Nicholas Mulder, muitos Estados responderam à crescente coerção de Washington desenvolvendo “não apenas rotas de evasão, mas também suas próprias armas econômicas de contra-ataque”.

A ameaça de tarifas recíprocas tem sido o recurso mais comum entre os países alvo da coerção econômica do segundo governo Trump. Mas é o uso de barreiras físicas ao comércio como uma “contra-arma” econômica que tem ameaçado consequências mais imediatas e generalizadas. A possibilidade de o Irã bloquear efetivamente o Estreito de Ormuz vem sendo estudada por analistas de segurança energética e estrategistas de política externa há décadas. A concretização disso, e a introdução pelo Irã de uma taxa de passagem para navios que transitam por essa via navegável, deveriam ter causado menos surpresa do que a determinação efêmera de Trump de fazer o mesmo. No entanto, as ações defensivas do Irã, em resposta à guerra lançada contra ele pelos Estados Unidos e por Israel, são muito mais notáveis por suas implicações sistêmicas.

Em 1973, o historiador Charles Kindleberger argumentou que a hegemonia internacional — e, portanto, a estabilidade econômica mundial — dependia da capacidade de um único Estado liderar por meio do fornecimento de bens públicos. Nessa altura, os Estados Unidos já haviam consolidado há muito tempo sua hegemonia global, apresentando sua proteção à liberdade dos mares como um desses bens públicos — mesmo enquanto exerciam sua prerrogativa hegemônica de controlar o fluxo comercial pelas vias navegáveis internacionais. Se o fechamento do Estreito de Ormuz pelo Irã e seu pedido aos aliados Houthis para que fechem o Estreito de Bab el-Mandeb representam um desafio direto ao *mare liberum*, a incapacidade dos Estados Unidos para garantir a adesão a esse princípio é mais um indício do colapso de sua hegemonia.

Em um mundo após a ordem hegemônica dos Estados Unidos, as instituições multilaterais estão perdendo relevância política, e sua mobilização está se tornando menos eficaz na contenção dos interesses nacionais. Essas instituições, em geral, foram possibilitadas e sustentadas dentro do sistema de consentimento da hegemonia americana. Embora continuem a servir como espaços de recurso defensivo, é provável que o domínio das grandes potências gere respostas mais diretas e coercitivas. No entanto, especialmente para as potências médias, o multilateralismo oferece a oportunidade de exercer sua própria influência relativa na construção de esforços coletivos que protejam melhor seus interesses. De fato, as potências médias foram fundamentais na definição de muitas instituições das Nações Unidas.

Durante seu discurso no Fórum Econômico Mundial, em janeiro, o primeiro-ministro canadense Mark Carney exortou as potências médias a “construir uma nova ordem que englobe nossos valores, tais como o respeito aos direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a solidariedade, a soberania e a integridade territorial dos diversos Estados”. Mas, apesar de sua postura moral, foi o reconhecimento das limitações de seu país — e, portanto, seu interesse em unir forças com outros em situação semelhante — que o estimulou a assumir a liderança na promoção de coalizões de potências médias.

Sem a consolidação de uma nova ordem hegemônica global, surgirão novos modos de engajamento multilateral. As formações regionais e de blocos, já em ascensão no primeiro quarto do século XXI, provavelmente desempenharão um papel mais proeminente. Mas, até o momento, a importância global das iniciativas das potências médias tem sido limitada. E parece ser preferência do atual governo dos Estados Unidos conter sua influência.

No entanto, é em virtude de sua posição em relação às potências imperiais, mais do que em virtude de qualquer orientação ideológica específica de seus governos, que as potências médias serão levadas a assumir o papel de inovadoras sistêmicas, mesmo quando a formação de coalizões não for viável ou preferível. As tentativas de Lula de posicionar o Brasil como mediador internacional são reveladoras. Em consonância com a própria tradição de política externa brasileira, seu papel, ao lado da Turquia, em negociações anteriores sobre o programa nuclear do Irã demonstrou disposição para desempenhar essa função sistêmica, em meio a sinais precoces do declínio hegemônico dos Estados Unidos. As ofertas de Lula para mediar negociações de paz entre a Ucrânia e a Rússia, e entre a Venezuela e os Estados Unidos, são exemplos mais recentes. No entanto, tal diplomacia não

proporcionará defesa imediata contra a coerção do governo Trump. Contramedidas econômicas, aproveitando a rivalidade da China com os Estados Unidos, passarão então a ser cada vez mais centrais nos esforços brasileiros para afirmar a soberania nacional.

O fim da ordem não implica necessariamente o fim do multilateralismo. Novos canais de cooperação internacional, baseados em interesses, serão gerados pelas grandes transformações estruturais deste momento. A medida em que eles possam restringir o domínio das grandes potências dependerá do investimento subsequente das potências médias em sua expansão.

HISTÓRIA, CONJUNTURA, E FUTURO

Por Leonardo de Amorim Thury

O livro de José Luís Fiori, “Conjuntura e história”, recém-publicado pela Editora Vozes, reúne uma seleção de 97 artigos, de um conjunto de 450 publicados pelo autor entre os anos 1990 e 2025. São análises de conjunturas e de acontecimentos políticos e econômicos, nacionais e internacionais publicadas pelo autor em revistas, jornais, e sites eletrônicos brasileiros e estrangeiros, durante estes 35 anos da história do sistema internacional. De fato, trata-se de um verdadeiro “anexo” ou de um complemento necessário do seu livro anterior, Uma teoria do poder global (Vozes, 2024). Neste livro, Fiori apresenta de forma mais sistemática, sua teoria sobre o “poder global”, junto com seu método de análise nas suas análises que aparecem reunidas neste novo livro sobre a conjuntura e a história.

O livro de José Luís Fiori, “Conjuntura e história”, recém-publicado pela Editora Vozes, reúne uma seleção de 97 artigos, de um conjunto de 450 publicados pelo autor entre os anos 1990 e 2025. São análises de conjunturas e de acontecimentos políticos e econômicos, nacionais e internacionais publicadas pelo autor em revistas, jornais, e sites eletrônicos brasileiros e estrangeiros, durante estes 35 anos da história do sistema internacional. De fato, trata-se de um verdadeiro “anexo” ou de um complemento necessário do seu livro anterior, Uma teoria do poder global (Vozes, 2024). Neste livro, Fiori apresenta de forma mais sistemática, sua teoria sobre o “poder global”, junto com seu método de análise nas suas análises que aparecem reunidas neste novo livro sobre a conjuntura e a história.

Uma característica central da obra de Fiori é exatamente a sua visão da relação que existe entre teoria e método de análise. E de uma teoria que vai sendo desenvolvida permanentemente através de suas próprias análises conjunturais.

Em seus artigos de conjuntura, ou mesmo em entrevistas escritas, Fiori, entretanto, quase nunca inicia suas análises focando diretamente no objeto do artigo em seu tempo conjuntural; o autor volta no tempo e faz uma análise histórica que precede o evento ou tópico em questão. Nesse sentido, sua teoria forma uma triangulação: teoria, conjuntura e história.

O livro *Conjuntura e história* é, portanto, a reafirmação de um método que Fiori vem aplicando há décadas, como demonstra seu artigo de 1984: “Por uma economia política do tempo conjuntural”. Como diz Metri, no Prefácio: “Pode-se dizer que, desde muito cedo, Fiori tinha claras as perguntas e os desafios que lhe interessavam” (2026, p. 15).

Uma forte característica da conjuntura é a incerteza pelo fato de o mundo estar em constante movimento, por isso é tão difícil fazer previsões em relações internacionais ou em História. Isso porque, no mundo, eventos disruptivos podem ocorrer a qualquer momento. Nesse sentido, afirma Fiori:

Uma forte característica da conjuntura é a incerteza pelo fato de o mundo estar em constante movimento, por isso é tão difícil fazer previsões em relações internacionais ou em História. Isso porque, no mundo, eventos disruptivos podem ocorrer a qualquer momento. Nesse sentido, afirma Fiori:

Deve-se manter, a todo instante, alerta e atento, porque os mesmos acontecimentos que desvelam as permanências históricas são os que podem estar assinalando, a cada momento, uma mudança de rumo, ou uma grande ruptura histórica que possa já estar em processo de gestação sem que o pesquisador disponha de nenhuma lei que antecipe os caminhos do futuro capazes de lhe facilitar o diagnóstico do presente. (Introdução, 2026, p. 22).

No mundo atual, essa intensidade disruptiva tem aumentado cada vez mais. E é por esse motivo que Fiori também afirma que a teoria que vai sendo construída através dessas sucessivas e infinitas análises de conjuntura e que ela:

[...] precisa ser testada e submetida a um constante exercício de “falsificação” de suas hipóteses, o que só pode ser feito por intermédio da própria análise conjuntural, isto é, de sucessivas análises de conjuntura, razão pela qual será sempre um “método” e uma “teoria em processo de construção” (Fiori, 2024, p. 28).

O título “*Conjuntura e história*” nos remete ao presente (conjuntura) e à volta ao passado (a história), mas não nos esqueçamos de uma obsessão nas ciências humanas: o futuro. Segundo Metri:

Incide, portanto, sobre a conjuntura uma certa ambivalência: por um lado, sua relação com o passado e as tendências históricas mais estruturais, e, por outro, sua face mais próxima ao hoje, porém oculta, que insiste em se esconder por mais que se olhe diretamente, sobretudo quando se tenta jogá-la para frente, num exercício de previsão do futuro. (Prefácio, 2026, p. 14).

Se até aqui temos três elementos (história-passado; conjuntura-presente; prognóstico-futuro), a teoria seria a estrutura na qual os três “tempos” se organizam. Quanto mais organizada a

teoria, mais organizado “um olhar teórico que permita arbitrar a redução do número de fatores e atores a serem considerados” (Metri, 2026, p. 15) e, adiciono, quanto mais a teoria for “testada em sucessivas análises de conjuntura” (Fiori, 2024, p. 28), maior a probabilidade de acerto do futuro.

O livro se estrutura em oito partes, sendo a parte 1 (“O sistema mundial”) composta de artigos relativos à “teoria do poder global” de Fiori, e as demais partes sua tradicional “viagem” pelo mundo. A parte 2 analisa o Brasil, indo de Collor ao cenário internacional durante a gestão Trump 1, sempre contextualizando a análise nacional dentro de um cenário internacional. A parte 3 foca nos Estados Unidos com artigos que abrangem da primeira guerra do Iraque, em 1991; passando por Barack Obama até o governo Trump 1.

A parte 4 mostra um grande paradoxo histórico: o continente europeu, que criou o sistema mundial no qual vivemos, está em franco declínio e, diante de tal, se prepara (assim como seu tutor, os Estados Unidos), para uma guerra com a Rússia. Como diz o artigo contido nessa parte (“Procura-se um inimigo”), o prognóstico é certo. Segundo Fiori, em artigo de julho de 2005:

Por isso, muitos conservadores europeus já estão apontando de novo para a Rússia, porque, em vários momentos do século XIX, e durante todo o século XX, foi ela, e depois a União Soviética, que cumpriram o papel de inimigo necessário da Europa. (Fiori, 2026, p. 290).

As partes 5 e 6 focam no mundo em ascensão: Rússia, China e Ásia, e por que não, o BRICS Plus – os poderes que estão impulsionando ainda mais a constante expansão do poder global. Em seu livro Uma teoria do poder global, Fiori analisa que o poder global é um “universo em expansão”. Se por um lado o poder da China se expande pelo mundo, a Rússia já renasceu do colapso dos anos 1990, sob a “mão forte” de Putin, e seu poder se expande pelo mundo, especialmente pela África. Mas, mais recentemente (agosto de 2026), a Rússia vem sentindo os choques e o desgaste de uma guerra com a Ucrânia/OTAN.

E são esses mesmos “poderes expansivos” (China, Rússia, BRICS Plus) que estão levando a outro “poder expansivo” e a um aumento exponencial da “pressão competitiva” (na sua teoria, Fiori analisa que toda “explosão expansiva” do poder global é precedida pelo aumento da “pressão competitiva” no cenário mundial) no mundo atual. Esse outro poder são os Estados Unidos, cujo grau de agressividade se eleva a cada dia. Iniciaram a guerra com o Irã no final de fevereiro de 2026 (a “Guerra dos Seis Dias”) e agora voltam seus olhos para o seu “quintal”, a América Latina.

A parte 7 do livro foca no Oriente Médio e na África, sendo o último artigo, intitulado “O Irã amedronta Israel e golpeia o Ocidente” de maio de 2024, uma antecipação do que estava por vir.

Fiori então conclui, na parte 8, com nosso continente latino-americano – o “choque” do governo Milei na Argentina e encerra com um artigo recente (15 de janeiro de 2025), no qual analisa perspectivas para o continente. Enquanto escrevo, destacam-se dois tópicos atualíssimos: “A expansão da presença chinesa” no continente e a “nova estratégia norte americana de polarização mundial”, em que cita a doutrina Monroe, atualizada em 4 de dezembro de 2025 no National Security Strategy – NSS, em 4 de dezembro de 2025, na “doutrina Donroe”, em referência ao atual presidente dos EUA, Donald Trump. Estratégia essa que, em agosto de 2026, se torna cada vez mais agressiva, a ponto de Celso Amorim (Assessoria Especial do Presidente da República do Brasil) e inúmeros analistas estarem falando no risco de uma invasão norte-americana ao país, sob o pretexto do combate ao narcotráfico.

A leitura de Conjuntura e história é crucial para quem almeja conhecer o método de Fiori e para a obtenção de insights sobre o passado, o presente e o futuro da economia e da política mundiais e das relações internacionais. Mas, acrescento, a leitura da presente obra, adicionada da leitura da precedente (Uma teoria do poder global), torna o livro ainda mais intrigante, interessante e atrativo. Uma viagem pelo mundo, sustentada por teoria, história, conjuntura e prognósticos.



**OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL
DO SÉCULO XXI**

Nº 19 - Setembro/2026